



**OCIMARA FERNANDES NEGREIROS OLIVEIRA  
LENILTON ALEX DE ARAÚJO OLIVEIRA  
PAULO AUGUSTO TAMANINI**



**DO ESPETÁCULO AO ENSINO:**   
**CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ**  
**NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA LOCAL**



**OCIMARA FERNANDES NEGREIROS OLIVEIRA  
LENILTON ALEX DE ARAÚJO OLIVEIRA  
PAULO AUGUSTO TAMANINI**



**DO ESPETÁCULO AO ENSINO:**  **CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ**  
 **NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA LOCAL**



## Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

### Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

### Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

### Diretor da Editora Universitária da Uern - Eduern

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

### Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária - Eduern

Jacimária Fonseca de Medeiros

### Chefe do Setor de Editoração da Editora Universitária da Uern - Eduern

Emanuela Carla Medeiros de Queiros



### Conselho Editorial das Edições UERN

Edmar Peixoto de Lima

Emanuela Carla Medeiros de Queiros

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

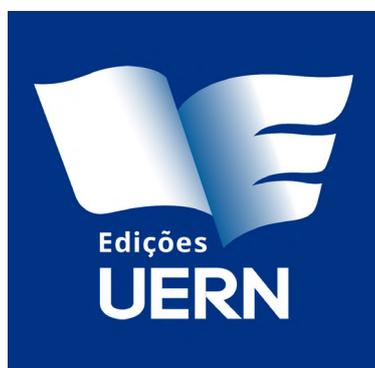
Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista



### Diagramação e Capa

Alice Kelly Silva Oliveira

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Oliveira, Ocimara Fernandes Negreiros.

Do Espetáculo ao Ensino: chuva de bala no país de Mossoró na perspectiva da história local [recurso eletrônico]. / Ocimara Fernandes Negreiros Oliveira, Lenilton Alex de Araújo Oliveira, Paulo Augusto Tamanini – Mossoró, RN: Edições UERN; FAPERN, 2023.

110 p.

ISBN: 978-85-7621-465-6 (E-book).

1. Educação - Ensino. 2. História Local. 3. Mossoró - RN. 4. Espetáculo chuva de bala no país de Mossoró. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 370

*Meus amigos e minhas amigas,*

**O Projeto Institucional de Fortalecimento de Ações de Divulgação e Popularização da Ciência nos Territórios do RN**, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a **Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN)**, em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuírem para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

*Boa leitura e bons aprendizados!*



*Fátima Bezerra*

Governadora do Rio Grande do Norte



# Parceria pelo

Desenvolvimento Científico do RN



A Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de mais de 300 e-books. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Os editais lançados abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/ organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande do Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados. No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou a chamada para a publicação de e-books sobre o

a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 22/2022 – FAPERN, realizou a chamada para a publicação de e-books com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e divulgação da pesquisa a partir dos programas de pós-graduação e dos Grupos de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguares, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Gilton Sampaio  
de Souza*

Diretor-Presidente da FAPERN

*Cicilia Raquel*

*Maia Leite*

Presidente da FUERN





# **SUMÁRIO**



INTRODUÇÃO.....	10
INDO AO ENCONTRO DO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL.....	15
ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO BRASIL: TECENDO DISCUSSÕES INICIAIS.....	15
INVENÇÃO DO ESPETÁCULO CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ À LUZ DA HISTÓRIA LOCAL.....	22
PROSCÊNIO: CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ VISTO POR DENTRO.....	23
EM CENA: CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ VISTO POR FORA.....	40
O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL E SUAS POSSIBILIDADES: DISCUSSÕES ENTRE O CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ E A SALA DE AULA.....	50
INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO: O PAÍS DE MOSSORÓ.....	52
O DISCURSO DOCENTE A RESPEITO DA HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO.....	62
Reflexos das possibilidades de ensino a partir da visão docente com ênfase no <i>Chuva de Bala no País de Mossoró</i> .....	63
Análise dos pontos da cidade de Mossoró que remetem à sua história.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	84



# INTRODUÇÃO

**D**esde o dia 13 de junho de 1927, Mossoró, no Rio Grande do Norte, ficou conhecida como a primeira cidade nordestina a expulsar o bando do cangaceiro Lampião, com a participação de grupos locais. Este episódio que enaltece a resistência do povo Mossoroense é recontado, todos os anos, no espetáculo “Chuva de Bala no País de Mossoró”, apresentado durante os festejos ocorridos no mês de junho. O espetáculo, que é anualmente encenado em frente à Igreja São Vicente, no centro da cidade, se trata de uma adaptação da peça teatral do poeta e escritor potiguar Tarcísio Gurgel: “Chuva de Bala no País de Mossoró” e ocorre há 24 anos.

O espetáculo está no contexto dos festejos do “Mossoró Cidade Junina”, que inclui, também, os seguintes atrativos: Pingo da Meia-Dia, que se trata de um bloco junino que abre os festejos; Circo do Forró, direcionado ao forró pé de serra; Cidadela, em que se monta uma rua cenográfica que retrata como eram as cidades antigamente, tendo palcos com apresentações culturais, praça de alimentação e venda de artesanato; Memorial da Resistência, com algumas apresentações culturais; Burro-táxi, com carroças percorrendo o corredor cultural; Pau de Arara Eletrônico, com carros ornamentados fazendo referência à memória desse povo; Projeto Brinquedos e Brincadeiras Populares, rememorando as formas antigas de brinquedos; Projeto Botando Boneco, que evidencia a apresentação de mamulengos; Festival de Pífaros e Cabaçais, instrumentos que os sertanejos usam; e, por fim, Jegódromo, denotando a importância do jumento (SILVA; BRITO, 2016).

Os festejos acontecem em diversos palcos, distribuídos pelo centro da cidade: em frente à Igreja São Vicente e na Estação das Artes Eliseu Ventania, em que se apresentam estilos musicais, que vão desde o clássico forró pé-de-serra até ao samba e o xote. É, então, um ambiente profícuo em promover a memória coletiva dessa comunidade, em despertar sentimentos de pertencimento e, sobretudo, rico em estimular aprendizagens daqueles que não conviveram nessa época, mas agora, pode vê-la por meio da arte. Como apresenta Amaral (2008, p. 60), a respeito da dinâmica territorial da cultura em Mossoró, especificamente, desse festejo:

A festa retrata a dinâmica cultural atrelada aos aspectos históricos e econômicos do espaço mossoroense como um elemento capital da vida social. As vivências festivas configuram-se como

contraponto a partir da implementação de uma transgressão, ainda que simbólica, da rotina diária de trabalho imposta pelo ritmo normal de vida. Trata-se de uma espécie de resposta às pressões da sociedade no momento festivo. Na efervescência que desencadeia, transforma-se a vida, aviva-se a memória e se dá a resposta aos desejos mais profundos. A festa mossoroense é representada através das diversas formas de evasão, havendo a busca pelos símbolos perdidos. O homem lança-se na busca de outros sentidos para sua origem e para sua vivência em sociedade, a partir de sua participação na festa.

A representação teatral é antecedida pela divulgação de cartazes, panfletos, spot veiculados em emissoras de rádio e TV. Silva e Brito (2016, p. 06) abordam que “[...] além de atrair uma demanda turística considerável, vem reaproximando o cidadão local a suas manifestações culturais, fortalecendo sua identidade e imprimindo ao evento a sua história”. Essa festividade, mais do que impacto econômico, que é evidente, pode trazer impacto educativo. Por isso, se faz fundamental, enquanto professores, buscamos envolver o ensino da História Local em nossas aulas. Devemos perceber quais aspectos da nossa cidade atuam na construção dessa memória coletiva e podem ser ricos em suas possibilidades de aprendizagem. Litz (2009, p. 10) aborda que

[...] quando o professor planeja suas aulas de história, deve fazê-lo sempre se questionando sobre o tipo de reação que suas ações provocará nos alunos; deve ter claro que tipo de operação mental está acionando e exigindo de seus alunos: recordação, reconhecimento, associação, comparação, levantamento de hipóteses, crítica, interpretação, solução de problemas, etc. Um dos principais objetivos da disciplina de história é levar os alunos a conseguirem verbalizar e escrever sobre os conteúdos estudados, utilizando-os para melhor entender ou explicar sua realidade, relacionando o presente com o passado, posicionando-se diante dessa realidade, situando-se diante dela e questionando-a, quando necessário.

Considerando que o ensino de história pretende a formação de alunos críticos e conscientes, o fato de eles estarem inseridos em espaços geograficamente localizados também deve ser considerado para a compreensão do lugar de pertença. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n.º 9.394/1996) principia que o currículo escolar precisa contemplar conhecimentos comuns no campo nacional, bem como deve contemplar características regionais e locais. A

História Local mostra-se, então, uma abordagem de estudo que interliga a realidade do aluno ao espaço em que este é partícipe, resgatando e valorizando sua historicidade.

Essa conjuntura do ensino da História Local ainda se integra aos conhecimentos de uma abordagem interdisciplinar. Não é possível desassociar contextos. A história jamais pode ser investigada e esquadrihada enquanto promotora de resultados estanques ou isolados. Antes, deve expor os fatos ocorridos de forma interligada e interdisciplinar (BAUER, 2012). Logo, os fatos analisados perpassam pela abordagem de História Local responsiva de uma História Geral. Não podemos, tão somente, direcionarmos nossos alunos para o que é a história brasileira, por exemplo. Eles precisam deparar-se com a história próxima a eles, para que, assim, esse ensino venha a se contextualizar. Os professores precisam repensar se e como ensinam a História Local, porque os seus pressupostos curriculares auxiliam na configuração dos espaços e da certeza de pertencimento dos alunos.

O ambiente escolar é considerado extremamente fértil para as discussões e problematizações a respeito da abordagem local dos fatos. É necessário, portanto, valorizar os saberes oriundos dos espaços, dos lugares, da localidade onde se situam as escolas, os alunos e professores. É fundamental que os espaços locais de produção de conhecimento sejam considerados lugares de ensino, possibilitando o alargamento do fazer historiográfico, trazendo para mais próximo às experiências vividas, oportunizando ao aluno se reconhecer enquanto sujeito histórico do seu próprio tempo e lugar, afinal, a disciplina de História, ainda que trate dos fatos do passado, é uma área de conhecimento que se dá no presente, produto do tempo presente. É no presente que se analisa o passado e tecem-se as ponderações a respeito deles baseados nos entendimentos atuais.

Pierre Goubert (1998), historiador francês, aborda que o homem deve alimentar o sentimento de pertença onde são tecidos seus convívios sociais, ou seja, antes de tudo, o aluno é cidadão, pertencente a uma comunidade, a uma localidade, que com ela se compromete e se identifica. Ele vai à escola como cidadão, morador de um espaço geográfico facilmente identificado, portando sentimentos de pertença. Ao chegar na escola, por vezes, os conteúdos são repassados desligadamente dessa sua realidade, distanciando, como aborda o autor, a própria noção da identidade desse sujeito.

Bittencourt (2010, p. 186) afirma que o objetivo da história escolar é o de “[...] entender as organizações das sociedades em seus processos de mudanças e

permanências ao longo do tempo em que emerge o homem, o agente da transformação, o indivíduo, mas também o sujeito coletivo”. A esse sujeito coletivo do qual trata, ele acrescenta, “[...] uma sociedade, um Estado, uma nação, um povo”. Então, ao analisar um determinado acontecimento à luz da História Local, criam-se vínculos com o lugar, com a comunidade de muitos alunos, com a sua identidade, com a sua historicidade. Não se trata, somente, de apresentar um fato histórico da cidade e acreditar que aquilo, em si, é uma História Local. O ensino da história necessita ser contextualizado com a História Local.

Relacionando o ensino da História com uma abordagem mais aproximada da realidade dos alunos, temos a escola como um eixo primordial nessa conexão. Se a escola é o ambiente no qual se promovem debates e questionamentos, também é o lugar dos reconhecimentos e espaços de identificação dos iguais (moradores do mesmo bairro ou região). Silva (2000, p. 92) aponta que “[...] a pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para os alunos desenvolverem a sensação de pertença e de compromisso com os espaços em que se vivem. Ainda que os alunos questionem o lugar, será inserido nele que os desassossegos advêm”. Logo, é necessário trabalhar interdisciplinarmente, em sala de aula, o sentimento de pertença, para que o interesse pela História Local tenha espaço no querer do aluno.

O ensino da História Local oportuniza ao aluno uma compreensão de mundo no qual ele vive, estabelecendo conexões entre o passado e o presente, de forma que coopere com o processo formativo da identidade global e local, reside a importância de observar o espetáculo “Chuva de Bala no País de Mossoró” na perspectiva da História Local, percebendo se e como o episódio é retratado nos currículos escolares, qual a sua relação com o imaginário e memória dos alunos e conforme veiculado nas escolas de educação básica. Neste âmbito, nos convém perguntar: De que forma a apresentação do espetáculo Chuva de Bala no País de Mossoró contribui com o Ensino de História Local em Mossoró?

Para responder a este questionamento, visamos analisar o espetáculo “Chuva de Bala no País de Mossoró” enquanto estratégia de ensino de História Local na Educação Básica em Mossoró. Para tanto, é preciso verificar as configurações do ensino de História Local no Brasil e em Mossoró/RN; compreender a invenção do espetáculo Chuva de Bala no País de Mossoró à luz da História Local; para enfim, diagnosticar a aplicabilidade do ensino de História Local em três escolas municipais da Educação Básica de Mossoró.

A fim de alcançarmos a proposta deste livro, realizamos um levantamento bibliográfico, publicações acerca do evento, consulta aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de três escolas municipais da Educação Básica de Mossoró, para em seguida, estudar o espetáculo “Chuva de Bala no País de Mossoró” por dentro: fazer uma análise dos bastidores, comparar o texto original de Tarcísio Gurgel com aquele que é utilizado atualmente. Finalmente, verificar como o espetáculo é percebido por fora, por meio de registros fotográficos das apresentações. Além disso, interessa-nos identificar quais são as vozes que contam essa história e sob qual perspectiva ela é relatada. Assim, fizemos a descrição do roteiro do espetáculo, quem são os autores do espetáculo, como é feita a seleção, qual a empresa que se responsabiliza pelo figurino, bem como pela música, pela iluminação e pelos efeitos que ocorrem ao longo da apresentação. Dessa forma, trazemos uma análise detalhada do espetáculo, apresentando, explicando e trazendo as inferências ao longo de todo o texto. Essa construção se deu para compreender a invenção do espetáculo “Chuva de Bala no País de Mossoró” à luz da História Local.

Depois disso, diagnosticaremos a aplicabilidade do ensino de História Local em três escolas municipais da Educação Básica de Mossoró. O critério de escolha das escolas se deu em razão de buscarmos aquelas que melhor fossem avaliadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). As escolas escolhidas foram: a) Escola Municipal Rotary; b) Escola Municipal Dinarte Mariz; e c) Escola Municipal Manoel Assis, que, respectivamente, apontam para 5,8, 5,3 e 5,2 no IDEB (2017).

## INDO AO ENCONTRO DO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL

Antes de tudo, conhecer onde estou, porque só assim eu chegarei a mim e, a mim chegando, consigo vencer mais de uma dúzia de batalhas na vida (FERNANDES, 2020, p. 01).

A melhor forma de sabermos para onde ir é conhecendo o local onde estamos. O jeito ideal de descobrirmos por quais batalhas devemos lutar, é chegando em nós e chegar dentro de nós, é ter ciência de onde estamos. É por meio desta visão que queremos descobrir como, onde e em qual perspectiva o ensino da História Local vem sendo pensado.

Portanto, convidamos você, leitor, a integrar nossas discussões e se permitir um (re)encontro da História Local, evidenciando aspectos da cidade de Mossoró e remontando saberes que pareciam cristalizados, mas que são cambiantes e, portanto, precisam e merecem ser revisitados para a construção de um saber que nos oportunize o desenvolvimento da experiência. Certamente, várias indagações que surgiram ao longo da escrita, também aparecerão durante a leitura, mas são estas que nos levam à reflexão mais sólida e nos fazem desenvolver e aprimorar a nossa consciência histórica.

### ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO BRASIL: TECENDO DISCUSSÕES INICIAIS

Durante muito tempo no Brasil, o ensino de História na educação escolar tinha por objetivo ímpar propagar as intenções das elites dominantes. Estas regulavam a difusão do conhecimento oficial nos períodos considerados ditatoriais, sendo patentes nos currículos e materiais educativos. A disciplina de Estudos Sociais era a responsável por integrar essa função, particularmente, na segunda metade do século XX. Ao passar dos anos, sobretudo nas últimas décadas do século XX, as perspectivas do ensino de História foram sendo revisitadas e modificadas, repensando a História, as metodologias e as práticas de ensino, como assenta Bittencourt (2008, p. 99) em que,

As propostas curriculares inserem-se em um momento importante da história do ensino de História, cabe analisar com rigor metodológico os novos rumos projetados pelos currículos para se discernir o que efetivamente está em processo de mudanças e como atualmente ocorre “a seleção cultural” do conhecimento considerado essencial para os alunos.

Esta nova forma de conjecturar o ensino de História vem propondo foco em outras finalidades, tais como: apresentação do patrimônio cultural da humanidade, formação crítica, humanização, alfabetização, difusão da alteridade e identidade ética, de classe, gênero e regional. Freitas (2010), em conformidade ao pensamento do autor supracitado, acentua o estímulo ao pensamento crítico e a formação para a cidadania como não factíveis em um ensino de História centrado, de forma única, nos conteúdos e metodologias positivistas. Ainda importa trazer que a construção da consciência histórica não se dá somente no ambiente e/ou tempo escolar, antes, perpassa o anterior, durante e posterior ao momento da vida do aluno enquanto cidadão. Neste sentido, compreendemos cidadania enquanto,

Participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas (BRASIL, 1998, p. 01).

Neste diapasão, é a partir da formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, do Ensino Fundamental, que se entrelaçam, no ensino de História, as estratégias que priorizam um ensino ativo, com conceitos agora cognitivistas – aprendizagem significativa e inteligências múltiplas – e tendências que valorizam a pesquisa, por meio do retorno às fontes historiográficas, o sujeito histórico e a formação cidadã do professor e do aluno (BRASIL, 1998). Esses PCN basearam-se na concepção de que o ensino de História deveria articular a História macro e micro, dando visibilidade aos protagonistas anônimos, em suas narrativas, abordando, além do ambiente escolar, suas próprias narrativas, sua história cotidiana, como trazido por Guimarães (2011, p. 237):

Esta nova forma de conjecturar o ensino de História vem propondo foco em outras finalidades, tais como: apresentação do patrimônio cultural da humanidade, formação crítica, humanização, alfabetização, difusão da alteridade e identidade ética, de classe, gênero e regional. Freitas (2010), em conformidade ao pensamento do autor supracitado, acentua o estímulo ao pensamento crítico e a formação para a cidadania como não factíveis em um ensino de História centrado, de forma única, nos conteúdos e metodologias

positivistas. Ainda importa trazer que a construção da consciência histórica não se dá somente no ambiente e/ou tempo escolar, antes, perpassa o anterior, durante e posterior ao momento da vida do aluno enquanto cidadão. Neste sentido, compreendemos cidadania enquanto,

Participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas (BRASIL, 1998, p. 01).

Neste diapasão, é a partir da formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, do Ensino Fundamental, que se entrelaçam, no ensino de História, as estratégias que priorizam um ensino ativo, com conceitos agora cognitivistas – aprendizagem significativa e inteligências múltiplas – e tendências que valorizam a pesquisa, por meio do retorno às fontes historiográficas, o sujeito histórico e a formação cidadã do professor e do aluno (BRASIL, 1998). Esses PCN basearam-se na concepção de que o ensino de História deveria articular a História macro e micro, dando visibilidade aos protagonistas anônimos, em suas narrativas, abordando, além do ambiente escolar, suas próprias narrativas, sua história cotidiana, como trazido por Guimarães (2011, p. 237):

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados de todo e qualquer lugar de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas, torna-se objeto de estudo (BITTENCOURT, 2008, p. 169).

Se trouxermos essa discussão para a cidade de Mossoró, por exemplo, poderemos inferir que trabalhar com as maiores representatividades da História Local dessa cidade é uma forma possível de valorização da cultura local e das expressões artísticas sobre a representatividade histórica e cultural. Certamente, ocorreria semelhantemente às demais aplicações. Sobretudo, deve ser apresentado ao aluno e possibilitado um pensamento crítico e reflexivo do assunto exposto, relacionando sempre aos acontecimentos, uma vez que a História Local, conforme Bittencourt (2008, p. 169):

[...] pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autores. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem da história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas.

Dessa forma, é possível trabalhar por meio da visita ao local, da utilização de imagens, dos relatos, das experiências comunicáveis, dos diversos temas que abordam a História Local da cidade através da ressignificação e construção da identidade local, proporcionando ao aluno um momento dinâmico de pertencimento e propondo um pensamento reflexivo sobre como a História é apresentada. Neste espaço de partilha, evidenciamos os aspectos interdisciplinares da História Local como uma proposta dessa forma de repensar as práticas de ensino. Para tanto, trazemos ao debate a interdisciplinaridade e suas diversas facetas.

De princípio, rememoramos as primeiras abordagens sobre História Local como a possibilidade de novas visões sobre o processo de ensino-aprendizagem da História. Nas décadas de 1970 e 1980, as propostas curriculares foram organizadas em círculos concêntricos, por meio dos estudos sociais, partindo da realidade mais próxima do aluno. Entre os anos de 1980 e 1990, predominou a história temática, sendo a história local colocada como estratégia pedagógica, para garantir o domínio do conhecimento histórico (DANTAS, SOUZA, 2018).

As contribuições da História Local para o ensino de História não devem e/ou podem ser constantemente vigiadas e reprimidas, antes, as discussões sobre o regionalismo, os movimentos sociais e os debates contra o autoritarismo precisam ser aprofundadas. Para tanto, é de suma importância que os professores trabalhem a interdisciplinaridade, indo para além da integração de conteúdo. Essa interdisciplinaridade se perpetua e se caracteriza, sobretudo, pelo envolvimento, compromisso e reciprocidade diante da diversidade dos saberes (FAZENDA, 1994).

Em termos de conceituação, se faz necessário saber que não há uma conceituação fechada sobre os níveis de integração das disciplinas, nem uma evolução no conceito de interdisciplinaridade que assuma uma postura exclusiva, antes, alcança a dimensão histórica e pedagógica com os conceitos que mais se adequarem ao objeto de pesquisa do investigador. Ao mesmo tempo, em que esses pesquisadores em Educação discutiam o conceito de interdisciplinaridade e chegavam a diferentes conclusões, a palavra já aparecia na legislação educa-

cional. Contudo, essa presença, por vezes, ocorria tão somente na legislação, não perpassando as vias da aplicabilidade de forma significativa no cenário educacional (JAPIASSU, 1994).

Conforme Fazenda (1994), a legislação federal relativa à educação de 1961 e 1971 previa a formação dos indivíduos voltada ao trabalho e, portanto, pela fina especialização das matérias. No entanto, temos a palavra “integração” aparecendo nas leis como sinônimo de concomitância, ordenação e articulação surgindo. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) dispõe sobre as normas para a organização do ensino brasileiro desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. O princípio mais evidente nesta lei é o de que o ensino deve preparar tanto para a vida como para o trabalho. No seu artigo primeiro podemos perceber tal orientação: “Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Se percebermos os PCN de História do Ensino Fundamental, veremos que a interdisciplinaridade aparece como um princípio de articulação entre conteúdos e atividades. Em relação ao ensino de História, mais especificamente no que se refere aos aspectos temporais, por exemplo, conforme os PCN, para os dois últimos ciclos do Ensino Fundamental, as diversas dimensões de tempo só são compreendidas em todas suas complexidades pelo acesso dos alunos a conhecimentos adquiridos ao longo de uma variedade de estudos interdisciplinares durante sua escolaridade. Nesse sentido, não deve existir uma preocupação especial do professor em ensinar, formalmente, uma dimensão ou outra, mas trabalhar atividades didáticas diversificadas, de preferência, em conjunto com outras áreas. (BRASIL, 1998, p. 97).

O ensino de História, de acordo com os PCN, deve ter seus conteúdos organizados a partir de eixos temáticos, procedimento que requer o desenvolvimento de práticas interdisciplinares. De acordo com os PCN, a partir de problemáticas amplas, optou-se por organizar os conteúdos em eixos temáticos e desdobrá-los em subtemas, orientando estudos interdisciplinares e a construção de relações entre acontecimentos e contextos históricos no tempo. Além disso, os subtemas propostos estão relacionados a muitas situações do presente. Cabe ao professor identificá-las e selecionar uma ou mais que possam orientar a escolha dos conteúdos a serem estudados. Tais escolhas podem e devem ser feitas em conjunto

com outras disciplinas, enriquecendo o conhecimento que é, por essência, considerado interdisciplinar (BRASIL, 1998).

Trabalhar a História Local como proposta interdisciplinar é entender que nenhuma disciplina existe sozinha por ordem de pensamento complexo. Tudo envolve um conceito histórico que, por nós, muitas vezes, é esquecido. Uma disciplina faz parte da outra, um tema é gerado por outro, e isso precisa ser explorado, contudo, não se trata obrigatoriamente de uma mistura, mas da própria essência de um ensino que não parcelariza e não compartimenta o pensamento. Então, tratar esse aspecto interdisciplinar não se pauta em uma definição precisa ou em uma metodologia. Mas em um pensamento que se configura enquanto concepção e processo de ensino, ou seja, produção de conhecimento (NEVES, 2015).

É importante tratarmos, ainda, de como o ensino da História Local é abordado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), sendo o documento de caráter normativo mais recente que temos, em se tratando da definição dos conjuntos de aprendizagem considerados direitos dos estudantes das séries iniciais. Em se tratando da referência aos anos iniciais do Ensino Fundamental, enuncia:

“[...] é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos [...]. Nesse período, o desenvolvimento da capacidade de observação e de compreensão dos componentes da paisagem contribui para a articulação do espaço vivido com o tempo vivido. O vivido é aqui considerado como espaço biográfico, que se relaciona com as experiências dos alunos em seus lugares de vivência” (BRASIL, 2018, p. 353).

Percebemos neste trecho um incentivo às atividades de cunho local, sobretudo, por mencionar vivências e experiências que os alunos já trazem, além de valorizar e articular o espaço vivido com o tempo vivido. Neste caso, sugere o ensino da História Local, mesmo que não faça uso desse termo, mas infere um aprendizado histórico que esteja dialogando com as mais variadas áreas e com as mais diversas experiências locais e próximas do aluno, de forma que ele possa se perceber enquanto um sujeito histórico do espaço, da comunidade e, também, do tempo. Ressaltamos que ainda há a necessidade do termo, em si, ser incluído e debatido. Certamente, não queremos tentar elevar a história local a um patamar que a torne maior em detrimento da história global ou nacional, por exemplo.

Queremos apenas inferir que existem questionamentos que necessitam ser abordados na perspectiva da história local e essa não se faz sozinha, mas acompanhada de demais perspectivas. De fato, entendemos que a disciplina de História foi alçada ao patamar em que condiciona uma determinada estrutura político-ideológica. Como apurado, compreendemos que houve momentos em que o ensino de História teve uma maior liberdade de conteúdo. Por isso, é tão importante priorizar-se um ensino de História que se aproxime o aluno da sua realidade, uma vez que a construção dessa História Local em sala de aula abriga certo valor quando oportuniza ao aluno despertar o senso crítico a respeito dos aspectos de relevância da sua própria vida e da comunidade a qual pertence. Essa fuga do roteiro linear permite que o aluno seja agente transformador, e não um mero figurante diante do processo histórico.

Nesse sentido [...] pretende se distanciar da velha narrativa de um passado morto, sem significado para a maioria dos homens e mulheres do presente, porém busca constituir um novo olhar histórico, onde o objeto de estudo se torne dinâmico, problematizador e mais próximo do pesquisador, conseqüentemente, possibilitando uma verdadeira relação entre o passado e o presente, que proporcione aos estudantes a elaboração de uma concepção crítica acerca do mundo em que vive, capaz de suscitar possíveis transformações na sociedade em que estão inseridos. Nesse sentido, a proposta de História aqui apresentada, pretende se distanciar da velha narrativa de um passado morto, sem significado para a maioria dos homens e mulheres do presente, porém busca constituir um novo olhar histórico, onde o objeto de estudo se torne dinâmico, problematizador e mais próximo do pesquisador, conseqüentemente, possibilitando uma verdadeira relação entre o passado e o presente, que proporcione aos estudantes a elaboração de uma concepção crítica acerca do mundo em que vive, capaz de suscitar possíveis transformações na sociedade em que estão inseridos (SILVA, 2013, p. 05).

Por fim, vemos que uma inquietação perpassa os professores de História: como fazer com que os alunos gostem e se envolvam com a disciplina? Parece ser um verdadeiro desafio desenvolver aulas prazerosas com um conteúdo aparentemente muito abstrato e distante das realidades vividas. O problema, entretanto, não seria puramente cronológico, uma vez que a terceira síntese temporal, apresentada por Deleuze (2009), remonta o tempo enquanto forma de deslocamento do presente e do passado na direção do que ainda não se é.

## INVENÇÃO DO ESPETÁCULO CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ À LUZ DA HISTÓRIA LOCAL

A natureza engendra semelhanças: basta pensar na mímica. Mas é o homem quem tem a capacidade suprema de produzir semelhanças (BENJAMIN, 1994, p. 108).

As semelhanças são facilmente encontradas na natureza. O homem produz o espetáculo porque tem o poder de gerar e gerir semelhanças. O espetáculo é a arte do encontro com a história, é a representação do que foi vivido, é o recontar do que foi visto ou pensado, é o exercício da criatividade.

O espetáculo também constitui o ser humano porque, necessariamente, todo processo que perfaz a ação artística está intrinsecamente atrelado à vida, mesmo que os enredos sejam criados e que os elementos incluídos não sejam tão fiéis ao que comumente pensaríamos. Ocorre que gostamos de adentrar nesse mundo do espetáculo, que faz o corpo descansar, a mente viajar para tantos outros mundos, que descortina nossas vivências, reflete nossos problemas sociais e encerra temáticas complexas, bastando movimentar o corpo, bastando mexer-se em uma só palavra. Manoel de Barros (2011, p. 01), em um de seus poemas, aborda que um menino aprendeu a usar as palavras e “[...] viu que podia fazer peraltagens com ela. Foi capaz de interromper o voo de um pássaro botando ponto final na frase. Foi capaz de modificar a tarde botando uma chuva nela”.

Se buscássemos na literatura uma data precisa de quando surgiram as representações teatrais, encontraríamos diversas vozes dissidentes e, muito embora não seja intenção desta pesquisa adentrar em questões epistemológicas ligadas à historiografia do teatro, o seu aparecimento é datado no século VI a.C. na Grécia (CEBULSKI, 2012). Mas abrimos a margem para o seguinte pensamento: e as dramatizações, em si, quando surgiram? E as representações da história vivida? E a construção das semelhanças por meio do movimento? Encontraríamos uma data precisa? Nos parece que a arte de criar semelhanças nos acompanha a muito mais e por muito mais.

Escrevemos, montamos espetáculos, assistimos às cenas, criamos semelhanças, somos parte de uma história e contamos essa história. É no cerne dessas muitas construções que nos deleitamos na escrita desta seção. Discorreremos sobre o espetáculo e, especificamente, sobre um que é bastante reconhecido na cidade de Mossoró por sua aparição anual nas festividades: *Chuva de Bala no País*

de Mossoró. Quando estávamos ajustando essa escrita, um ponto nos saltou à vista: o que vemos e o que ocorre? Foi pensando nisso que o distribuimos em duas subseções: i) proscênio: *Chuva de Bala no País de Mossoró* visto por dentro; e ii) em cena: *Chuva de Bala no País de Mossoró* visto por fora.

Para alicerçarmos estas subseções, ombreamo-nos, principalmente, no texto original, que se trata de uma peça teatral de Tarcísio Gurgel (2017). Buscamos, também, o espetáculo montado com base nessa peça, dirigido por Marcos Leonardo (2018). Retrataros os estudos de Falcão (2013) para debatermos as invenções e pensamentos e Bezerra (2014) para tratarmos da arte das construções. Recorremos, ainda, a Tamanini (2017) na discussão das imagens e suas riquezas de significado e, por fim, alçamos visões sobre comparação, invenção, lembrança e esquecimento, desta vez, firmadas nas pesquisas de Albuquerque (2007), Barros (2014) e Certeau (2011). Que essa leitura nos sirva para compreendermos a magia do palco e, sobretudo, os dilemas por trás das cortinas.

## PROSCÊNIO: CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ VISTO POR DENTRO

Não basta olhar de fora, não é suficiente o olhar externo se é possível vermos por dentro. Cientes disso, começamos a nossa discussão a respeito do espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* por trás das cortinas, nos bastidores. Ensejamos nesta subseção debater como surgiu o espetáculo, como ocorreu a saga da expulsão do bando de Lampião. O que tem anuência de pesquisa historiográfica e o que tem de invenção? Quais historiadores escreveram sobre o tema? O que a Historiografia narra e o que o espetáculo apresenta? Quem financia o espetáculo e quais são os interesses resguardados nisso? Qual o roteiro do espetáculo, quem são os atores e as atrizes? Como é feita a seleção do elenco? Quais as empresas que se responsabilizam pela iluminação, pelo som e pelo figurino? Enfim, é uma revisitação, é um olhar mais apurado nos bastidores; trata-se de uma descrição do que se passa por trás do cortinado, espiando o proscênio.

Considerando que o espetáculo é uma expressão cultural da memória, cumpre-lhe o papel de se manter um fato ou um acontecimento vivo, lembrado. O episódio retratado no espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* vai além dos dias de sua apresentação. Existe um antes, um durante e um depois, assim como todos os espetáculos são construídos, apresentados e eternizados na memória de quem os assiste. Quando assistimos ao espetáculo *Chuva de Bala no*

*País de Mossoró*, o entendemos como uma narrativa construída a partir do antes (a memória escrita e instituída); trata-se de uma memória dos outros e que ganhou materialidade. Bezerra (2014, p. 08) reflete a respeito dessa memória:

Uma cabeça sem memória é como uma folha em branco, vazia. Não se pode pensar na memória apenas como um conjunto de lembranças, experiências das mais corriqueiras até as mais peculiares. Memórias são emoções, são ideias, elas são políticas, interferem na maneira como aprendemos a viver. Imagine a si mesmo como um indivíduo inserido em qualquer parte do mundo. A educação, as tradições, a criação oferecida pelos pais, ou ausência dela, as ligações formadas durante o amadurecimento do indivíduo, toda contribuição oferecida para o quebra-cabeça da consciência, seria uma colagem de lembranças, absorvidas consciente ou inconscientemente pela memória.

Entre o acontecido e o que dizem ter acontecido há um vácuo, um hiato, um espaço onde se somam os acréscimos, as adições, as invenções que se consolidam pela conformação de uma tradição ou costumes. O que recebemos em um espetáculo não é somente a história contada, em si, mas o conjunto que quer ser repassado. Nesse conjunto, estão contidos valores, regras, percepções. E, certamente, também são excluídas visões que não desejam que sejam repassadas: é uma verdadeira matemática da reprodução – bastando, nas cenas, o que o escritor desejou imprimir. É o que, comumente, entendemos como invenção da tradição. Mas o que seria a tradição? Apontamos para os escritos de Eric Hobsbawm (1997, p. 9) que define as tradições inventadas enquanto

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Portanto, o autor faz a distinção das invenções políticas, que têm uma natureza “oficial”, das invenções sociais, geradas por grupos sociais que não têm uma organização formal ou mesmo um objetivo político determinado. O autor também diferencia costume de tradição. Para este, “[...] o objetivo é a característica das tradições, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas),

tais como a repetição” (HOBSBAWN, 1997, p. 10). A diferenciação por residir nessa invariabilidade e/ou variabilidade, visto que os costumes podem mudar. Perceberemos, dessa forma, o contexto do espetáculo no rol das tradições inventadas.

A narrativa da resistência contada por meio do espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* passou por modelagens, recriações, recomposições, para chegar a essa versão que, hoje, é apresentada nos palcos. A primeira descrição, do dia 12 de junho de 1927, impressa no jornal local, *O Mossoroense*, no dia seguinte da expulsão dos cangaceiros, mostra o misto de emoções registrado:

A nossa perna de jornalista treme, ao fazermos divulgar na presente notícia, os dias de horror, infortúnio e apreensões de que foi teatro Mossoró, por ocasião da incursão do famigerado grupo sinistro capitaneado pelo mais audaz e miserável de todos os bandidos que tem infestado o Nordeste brasileiro e o pacato território do Rio Grande do Norte Virgulino Lampião, esta majestade do crime e do terror, alma diabólica de pervertido tarado cujo rastilho de misérias vem desassombradamente espalhando em todos os recantos onde passa com o seu cortejo macabro e facinoroso. Assim, logo às primeiras horas de domingo último, 12 de junho, correu célere por toda a nossa cidade, a notícia alarmante de que o grupo famanaz desses hunos da nova espécie tentara atacar e saquear a vizinha cidade do Apodi, tendo sido obrigado a recuar em vista da resistência heroica que encontraram por parte dos habitantes da pequena cidade, e que desesperado por este fracasso, rumara o mesmo para a povoação de São Sebastião, deste município, e dali viria a Mossoró com o intento de locupletar as algibeiras do sinistro chefe - Lampião, em seguida incendiado a cidade, prossequindo, então, vitorioso, a trajetória infame do seu traçado hediondo de toda a sorte de crimes. (...) O famigerado bando não nos encontrou desprevenidos... Sabendo dos nossos hábitos pacíficos, desse vagarosamente e ao meio-dia de 13 começa a ser avistado. A uma légua desta cidade, manda uma intimativa ao Cel. Rodolfo Fernandes, para que lhe envie 400 contos de réis, sob pena de nos invadir. A tal ultimátum, respondido negativamente, segue-se outro que não teve melhor sorte, e o celerado e seus adeptos entram em contato conosco, pouco antes das 16h. Divididos, aparecem em diversos pontos. O sino da Matriz repica, alertando o posto da torre que se prepara para a luta. Ao troar dos fuzis, casa-se ribombo do trovão, pois que pouco antes começara a chover. Se o céu nos mandava lágrimas, também saudava, abafando o som dos

disparos. Era comovente o espetáculo. Investem os bandidos as primeiras trincheiras, ladeiam, cortam caminho, surgem ao lado da estação da Estrada de Ferro, onde entram no prédio da União de Artistas e se entrincheiram; aparecem à margem direita do rio, defendida pela trincheira da barragem; o Telégrafo Nacional, ao lado da Matriz, acha-se também defendido. Onde chegam, ai está o fogo... As torres da Matriz e da capela de São Vicente, as trincheiras atacadas diretamente, as de retaguarda, mantêm nutrido tiro-teio. Os bandidos recuam, voltam à carga e repelidos novamente se retiram para o seu acampamento, deixando morto o bandido Colchete e vários feridos. De nossa parte, nenhuma morte nem ferimento se verificou (O MOSSOROENSE, 2012).

Essa versão apresentada na manhã após o confronto dos *Heróis da Resistência* contra o bando de Lampião mostra um relato longe de toda imparcialidade, se considerarmos uma informação veiculada pelas mídias. É uma narrativa que se consolidou na memória da cidade e na memória do espetáculo; é a mais repetida, seja pela tradição oral, seja pelas expressões culturais. Insta dizermos que os meios de comunicação, sobretudo, os jornais, na época em que se insere esse contexto – pensemos em meados do século XX – tinham uma força muito grande na constituição da memória, “[...] não apenas pelo resultado de uma narrativa não problematizada, mas pelo seu monopólio no registro e na narrativa da informação” (BEZERRA, 2014, p. 15).

A tentativa de ataque do bando do cangaceiro nordestino, Virgulino Ferreira da Silva, o conhecido Lampião, em 13 de junho de 1927, à cidade de Mossoró, fracassou. Ainda que houvesse o desejo por negociação, no dia anterior, entre Lampião e o prefeito Rodolfo Fernandes, que, relutantemente, negou-se ao pagamento dos 400 réis em dinheiro, os mossoroenses saíram ‘vitoriosos’. Do sucesso do embate nasceram muitas versões, muitos escritos foram publicados, a temática se transformou em conteúdo de prosa, versos poéticos e musicais, filmes, peças de teatro. Então, a construção da memória acerca da expulsão do bando de Lampião, é resultante de informações partidas de um só lado: o que foi veiculado pela mídia. Neste sentido, pensamos em dois pontos: qual mídia fazia parte desse contexto e como a memória se constrói por meio desta?

Em se tratando deste primeiro ponto, é de domínio público a informação de que, em 1927, a imprensa local da cidade era composta, basicamente, de três jornais impressos: “O Mossoroense”, “O Nordeste” e “Correio do Povo”. Os três jornais tecem uma narrativa que exalta a nobreza e bravura dos cidadãos mos-

soroenses em razão da crueldade dos cangaceiros, vistos, assim, como vilões. O que mais nos chama atenção na narrativa é que, para além de retratar o momento do embate, também fizeram registros relacionados ao caráter de quem fazia parte desse embate: “[...] não se tratava apenas da construção de uma narrativa do ocorrido, mas também de uma versão de caráter dos envolvidos” (BEZERRA, 2014, p. 15).

Acerca do segundo ponto, é interessante pensar como a história é construída conforme os interesses de quem a escreve ou de quem a divulga pela oralidade. Não sabemos em que medida os interesses deixam marcas na construção dos roteiros dos espetáculos teatrais.

No caso do espetáculo “Chuva de Bala no País de Mossoró”, por exemplo, pergunta-se se o que está retratado é, tão somente, o que a mídia propagou? Onde ficaram os relatos orais? Onde ficou a história contada? Como as pessoas perceberam, naquela época, essa situação? Essas são indagações para as quais, certamente, não temos respostas, mas, nos conforta saber que as testemunhas resguardam alguns registros do acontecido.

Neste mesmo sentido de questionamento do traçado dicotômico adotado pelas mídias impressas para retratarem o caso em questão, outro pesquisador realizou uma investigação sobre a necessidade de cuidados com as versões oficiais: Marcílio Lima Falcão, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). O pesquisador, em sua obra “Jararaca”, apresenta o seguinte trecho:

A imprensa mossoroense divulgou as ações dos bandos no Oeste do Estado, informou sobre os saques e tratamento dado às vítimas dos cangaceiros, comentou a respeito dos discursos sobre presença do grupo no Estado, debateu sobre as relações mantidas entre os bandidos e os políticos cearenses e distinguiu as autoridades do Rio Grande do Norte como os políticos que não participavam da política do clientelismo e do banditismo. Por outro lado, essa mesma imprensa não teve a mesma postura ao silenciar a respeito das condições que levaram a morte de Jararaca. Tomava essa postura porque a morte de Jararaca comprometeria a exaltação da vitória sobre os cangaceiros? (FALCÃO, 2013, p. 29).

Sua pesquisa se baseou não somente nos relatos da imprensa, mas também na tradição oral e cultura popular. O historiador refletiu sobre os usos políticos que havia sobre o episódio. Sua pesquisa se fundamenta na tradição oral e cultura popular. Por meio de relatos de conversas, Falcão (2013) começa

a encontrar divergências que levam ao seu debate e pensa sobre essa questão do ganho político. Até que ponto, de fato, as verdades se constroem para serem repassadas ao povo? São questões como essa que o autor discorre em seu texto, mostrando que a história não é imparcial, ao contrário, órbita dos interesses de quem comandava o País de Mossoró.

Também Bezerra (2014, p. 15) complementa a reflexão ao tratar que a vitória contra os cangaceiros “[...] sob o comando das principais lideranças da cidade era usada para seduzir a população a reproduzir a mesma sensação de vitória e o comando dessas lideranças”. A verdade é que, ao se legitimar o poder de uma elite local, faz-se uma história parcial, tendenciosa, incompleta. A História crítica e que se baseia em fontes plurais vai ao encontro dos vestígios, dos inconformismos para fazer as comparações ou checagens. Se a mídia está ao lado de quem comanda um povo, as versões tratadas por estas, certamente, sofrerão influências conforme a vontade dessa elite. Uma visão sobre isso é, por exemplo, o fato das imprecisões sobre as condições de morte de um dos componentes do bando de Lampião chamado Jararaca, ponto abordado por Falcão (2013).

Os desencontros de informações fazem levantar interrogações sobre a veiculação uníssona da narrativa feita pela imprensa local em 1927. Há versões que dão conta de que, somente em 19 de junho de 1927, Jararaca teria morrido quando escoltado para Natal, devido aos ferimentos que sofreu durante a batalha. Outra versão, por exemplo, dá conta que foi morto pela força policial, executado após cavar sua própria cova no cemitério da cidade. Há outra versão que alega que Jararaca tenha sido enterrado vivo. A pesquisa de Falcão reúne depoimentos que se cruzam com as narrativas de jornais locais, havendo desencontros: “[...] Essa imagem do cangaceiro se mantém, porém, a noção de injustiçado não caiu no esquecimento por encontrar na memória e oralidade, mesmo sofrendo ressignificações, uma forma de circular” (FALCÃO, 2013, p. 48). Um ponto é evidente: ainda persistem muitas dúvidas sobre o que é, de fato, história, e o que foi inventado.

Quando pensamos na ‘versão oficial’ da expulsão do bando de Lampião da cidade de Mossoró, o espetáculo ressalta quatro personagens tidos como heróis: o prefeito de Mossoró, Coronel Rodolfo Fernandes, o Tenente Laurentino Gomes, o Padre Mota e o Coronel Antônio Gurgel. É neste sentido que Bezerra (2014, p. 17) problematiza o episódio: “[...] uma das mais completas e repetidas narrativas do acontecimento foi elaborada pelo Jornal O Mossoroense, na época sob a direção de Rodolfo Fernandes, que viria a ser prefeito da cidade dois anos depois, após a gestão dos ‘heróis da Resistência’”.

Do mesmo lado, Falcão (2013, p. 66) tece essa crítica ao dizer que “[...] quanto à circulação das narrativas a partir do Jornal O Mossoroense, era necessário que as novas gerações conhecessem os acontecimentos que culminaram na resistência e absorvessem as narrativas do jornal como verdadeiras”. Passemos, apesar disso, para a primeira versão do espetáculo, posta em 2003. O primeiro ato é a recitação de versos que enaltecem a bravura do povo e o orgulho dela decorrido.

Velhos fatos  
Que são contados  
Na voz de um povo  
Que quer lembrar  
Cada herói,  
Cada gesto ousado  
Vem de um passado  
Que insiste em nos orgulhar...  
Gente simples  
Lutando unida  
Por sua honra ameaçada  
É nossa história  
Que insiste em nos orgulhar...  
(CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ, 2014).

O espetáculo tem início com a recitação dos versos acima, feita por 30 vozes, componentes de um coro, que antecede, até mesmo, a aparição dos narradores. Observamos que a memória é aqui enaltecida, mas não se trata de uma memória qualquer, e sim de uma que é digna de orgulho, tanto é que trata como: “um passado que insiste em nos orgulhar”. Além disso, também é retratado o povo: “gente simples, lutando unida por sua honra ameaçada”. Aqui vemos que o texto incita uma grande participação popular e, apesar de isso ter sido problematizado, o foco maior está no sentimento que essa memória provoca, de orgulho, de resistência. Bezerra (2014, p. 38-39), neste sentido, aborda a essência que esse espetáculo visa trazer:

É uma identificação que não pode ser negada, porque foi passada desde o berço, entrelaçado junto às raízes daqueles que pertencem a esta terra. A organização teatral permite um artifício singular para contar a história, os três narradores, para além de serem narradores comuns, são viajantes, andando pelo Nordeste e contando histórias, naquele momento escolhendo a saga dos mossoroenses, “Chuva de bala no país de Mossoró”. É uma história dentro de uma

história, e nesse ponto sugere uma fama para tal narrativa, o que ajuda a fortalecer mais ainda a ideia de heroísmo e seus ecos. Não é preciso que o público acredite cegamente, ou mesmo que compreenda todas as sutilezas em meio a diálogos repletos de humor, e sequências cheias de efeitos, neste ponto vai importar a maneira como a cultura vai mexer com o imaginário, porque é exatamente esse imaginário que vai preencher as lacunas dessas memórias passadas.

Essa questão se dá, sobretudo, pela maneira na qual os textos são montados: para construir a memória mediante elementos de identificação com os quais o sujeito se sentirá parte daquela história, mesmo que, por exemplo, não tenha presenciado ou sequer tenha ouvido vozes de pessoas que estavam naquela história. Para conseguirmos alcançar a finalidade desse texto, perpassaremos alguns trechos que se nos mostraram relevantes para entender o que ocorre. Começamos pelo diálogo traçado entre Rodolfo e Padre Mota:

RODOLFO – Obrigado Dona Faustina! Senhoras! (mulheres saem) Senhores! Trago-lhes as últimas novidades! Eu vinha avisando e ninguém ligava importância. Houve até gente que me considerou maluco. Agora, tenho informações seguras. Exatamente, senhores! Já entraram no Rio Grande do Norte e já começaram a fazer estragos. É... E dessa vez não é qualquer borra-botas, não. É Virgulino, em pessoa. O próprio Lampião, em carne, osso e maldade. Por isso, eu os convoquei senhores!

TODOS – Prefeito, não há tempo há perder!

RODOLFO – O fato é que, a situação exige que tomemos uma decisão. Ou nós, os homens de responsabilidade, assumimos a defesa, ou esse filho da puta, (caindo em si) Desculpe-me padre Mota... Desculpe-me...

Pe. MOTA – É filho da puta, excelência. A mãe não merece, mas, que é, é! CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ, 2014).

Percebemos nesse primeiro trecho uma preocupação com a chegada do bando, mas, sobretudo, a própria constituição do diálogo estabelecido com o padre, isso, em se tratando da linguagem utilizada. Para Bezerra (2014, p. 39) “[...] se a igreja, lugar do sagrado, se permite a exaltação de uma ofensa, a qual os mortais e não sagrados até temem dizer diante dela, ela claramente assumiu um lado”. Percebemos que ao longo de toda essa construção, a igreja assume um papel de muita relevância, seja porque suas torres foram utilizadas, seja por conceder a

visão de bênção no confronto que figurou o que hoje conhecemos como ato de resistência. Essa visão que o divino tem está contida em muitos outros espetáculos, sobretudo, por suas possibilidades de redirecionar o imaginário popular e constituir a memória coletiva. Para imprimirmos esse pensamento na construção do texto do Chuva de Bala, temos a percepção abaixo:

Para a formação dessa memória coletiva, a memória individual que vai marcá-la não pode só existir na cabeça do indivíduo, ela precisa ser registrada, e em 1927, até 1977, e mesmo hoje, em 2016, não são todos os indivíduos que podem ou se propõem a fazer essa marca. Isso me parece bastante claro no “percurso” até a chegada do Chuva de Bala no cotidiano cultural de Mossoró. É no cinquentenário que a reivindicação do passado guerreiro parece começar de forma mais expressiva, mas um evento público que demandaria comemorações que durariam uma semana inteira, certamente não surgiu do nada. Se de um lado invocar esse passado glorioso em grande medida teve um foco mais político ou se apenas percebeu uma identificação local com essa memória, resta aquilo no que se prefere acreditar, e qualquer argumentação jamais será mais poderosa que a crença construída culturalmente pelo indivíduo, mas tamanho cuidado não foi dado aos outros eventos ilustres da cidade até bem recentemente (BEZERRA, 2014, p. 39-40).

A memória é devidamente formada por essas experiências, pelas marcas do que lemos, ouvimos e vivemos (CIAVATTA, 2005). Que memórias, pois, se construíram sobre essa história? Esquecemos do cunho político, do cunho religioso e parecemos nos deter mais aos sentimentos evocados: um povo que é forte e que conseguiu vencer um bando tão temido. Quando se trata do espetáculo, principalmente, o cunho crítico cede espaço para a representação e essas questões ficam ainda mais distantes. Constatamos, ainda, outro trecho que remete a uma bênção do setor religioso para os combates que, certamente, seriam traçados, quando temos a seguinte fala:

Pe. MOTA – Essa é uma guerra santa. Vamos defender a terra de Santa Luzia. Uma terra santa. Assim sendo, já pode dispor do campanário de São Vicente. Afinal de contas, a igreja é quase parede-meia com a casa de vossa Excelência, e dá uma boa trincheira.  
RODOLFO – Bem lembrado, padre Mota. Vamos colocar 8 homens em todos os lugares. Nos correios, na estrada de ferro, no Banco do Brasil, no Diocesano, no esgoto, em tudo quanto for lugar. Até no inferno, se preciso. Quero ver esse corno... Desculpe-me padre Mota...

Pe. MOTA – É corno, Excelência! (todos riem) Corno e dos bons. Vai ver até que esse ódio todo seja motivado pelo chifre.

RODOLFO – Quero ver qual é o corno que vai submeter Mossoró!  
TODOS – (cantam) Arrocha Prefeito. Agora a coisa vai. Quero ver esse cego maldito dominar a terra de Santa Luzia! (CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ, 2014).

Percebemos que, novamente, existe uma associação religiosa. Desta vez, vista enquanto uma “guerra santa”, com dois lados bastante polarizados. De um lado temos um bando cruel que vive praticando atos violentos e ilícitos. De outro, vemos um povo puro, corajoso e extremamente nobre. A cidade, intimamente conectada à religião, vê a igreja cumprir com “[...] seu papel na apresentação ao ser representada, cedendo a permissão para os bravos mossoroenses defenderem a cidade, justificando quaisquer atos praticados contra os mesmos no confronto” (BEZERRA, 2014, p. 42). Para a igreja conseguir estar no apoio integral para qualquer tipo de violência, seria, de fato, necessária essa definição de quais grupos estariam se confrontando: neste caso, temos, de um lado, invasores, de outro, heróis da resistência. Sobre essa resistência está tão ligada aos mossoroenses como parte de sua história, sendo que a cidade tem diversos outros momentos marcantes, temos que,

[...] se pensarmos nos outros acontecimentos dignos de nota que tiveram Mossoró como palco - o Motim das Mulheres, o Primeiro voto Feminino, a Libertação dos Escravos - com o olhar mais positivo que posso ter, poderia dizer que a defesa da cidade como um todo identifica um maior número de pessoas, e por isso a memória da Resistência é melhor ligada à memória individual, pela facilidade na associação, ou mesmo pela data mais recente do confronto em relação às outras. Essas justificativas, porém, não servem, e vão de encontro a boa parte do que já apresentei nesse trabalho. Quando olhamos o tempo decorrido entre os outros acontecimentos e a Resistência, este último encontra um público muito mais entusiasmado em preservar a memória, em um espaço de tempo bem mais curto do que os demais levaram para chamar a atenção da necessidade de preservação (BEZERRA, 2014, p. 42).

Um ponto interessante nessa narrativa do *Chuva de Bala no País de Mossoró* é que se trata de uma memória coletiva, em que o povo, de forma geral, se identifica, mas que somente figurou os acontecimentos, quando, na verdade, os protagonistas seguem, a cada ano, sendo os mesmos e, um ponto em comum: “[...] são todos de famílias tradicionais pertencentes à elite mossoroense e norte-rio-gran-

dense. Com uma perspectiva cultural, pensando na memória, é de estranhar que sejam esses os nomes ‘gravados em pedra?’ (BEZERRA, 2014, p. 43). Pensamos que o fato da libertação dos escravos e do primeiro voto feminino serem, por vezes, relegados ao ostracismo, se dá exatamente pela falta de ‘espetáculos’. Não porque não saibamos, afinal, eles existiram, mas a forma que se conta, que se expande, que se divulga, é substancialmente diferente deste acontecimento maior.

Esse espetáculo, seja como for contado, desperta memórias que marcam um povo e faz com que este povo se identifique enquanto parte de uma comunidade, ou seja, reúne esses membros porque estes têm marcas e sentimentos em comum. Vejamos como a resistência é tratada no texto e, principalmente, como o povo está inserido dentro desse conceito de resistência adotado, quando encontramos a fala que antecede o momento do combate entre o bando de Lampião e os mossoroenses:

HOMENS – Um brinde à vitória do Humaitá! / - Deixe a briga pra autoridade! MULHERES – Mas se for verdade é bom ficar certo que o bando/ quer vir pra essa festa acabar, mas...

TODOS - Se é festa/ Preocupar-se pra quê? / Brindemos, que mal pode haver? / É a voz da cidade, é o povo a cantar/ brindemos, bebamos, cantemos, comamos/ ninguém vai poder nossa voz calar! Se é festa/ Preocupar-se pra quê? / Brindemos, que mal pode haver? / É a voz da cidade, é o povo a cantar/ brindemos, bebamos, cantemos, comamos/ ninguém vai poder nossa voz calar!

PADRE MOTA – Lampião está a sete léguas de Mossoró! Danou-se! (...)

TOTONHA – De um lado, Lampião e seu bando de encarnado.

TOINHO - Do outro, o Prefeito Rodolfo e a resistência do povo de Mossoró, de azul (CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ, 2014).

Mesmo que não existisse uma participação direta do povo enquanto ‘resistentes’, a marca dessa resistência é atribuída, popularmente, à cidade como um todo. Bezerra (2014, p. 45) tece uma crítica à forma que se apropriaram da história, quando trata que estes homens são “[...] de classe média alta, herdeiros de antigos sobrenomes de prestígio em Mossoró, nomes inclusive presentes em momentos como a Resistência, está diretamente ligada à maneira como expressaram sua própria memória, mesmo quando essa memória não lhes pertencia”. Dessa forma, questiona-se sobre os rumos que essa história tomou, que, certamente, vai muito além de contar algo... encontra diversos outros interesses envolvidos... encontra a memória de um povo.

Percebemos, então, durante toda essa construção, uma relação quase inquestionável da memória com a cultura. O *Chuva de Bala no País de Mossoró* se mostra não somente como um espetáculo qualquer, mas com toda a sua relação com a identidade desse povo mossoroense, que se percebe dentro do que é apresentado. Quando ocorre o espetáculo, quem assiste – embora não tenha participado – se sente parte daquela história, se denomina parte dessa resistência. Bezerra (2014, p. 46) aborda que “[...] o Chuva de Bala representa, sobretudo, a maneira como a sociedade mossoroense de ontem e hoje se identifica com a história deste episódio”. E, prossegue, quando dos finais de sua investigação, nos dizendo que:

A apresentação é a caricatura de um conservadorismo que ainda vê o que deve ser adquirido e conquistado, como algo hereditário, como o poder. Ao mesmo tempo, em culto sobretudo de penitência, um reconhecimento envergonhado do tratamento desigual para as crueldades praticadas por grupos marginalizados e institucionalizados. A narrativa exageradamente heroica, abençoada inclusive pela igreja, é fielmente transmitida como as publicações na imprensa em 1927 e 1977, ao mesmo tempo que permite um curto espaço para a reprovação popular à barbárie, representada no culto a Jararaca. A história pode ter um poço de contestações para os detalhes daquele 13 de junho, e a veracidade da participação de Lampião nesse episódio, ou os detalhes da morte de Jararaca não são as prioridades nesse campo. Assim como nos permite uma análise da sociedade mossoroense de 1927, o “Chuva de Bala” também pode ampliar nossa própria perspectiva para compreender a sociedade mossoroense contemporânea, a quem deixamos ascender como heróis, e àqueles a quem concedemos ou não indulgências. Mas essas são outras perguntas com outros propósitos (BEZERRA, 2014, p. 46).

Detemo-nos, após realizada essa percepção mais crítica a respeito do espetáculo, a tratá-lo sem a visão social, olhando, tão somente, atrás das cortinas, relatando como ocorre. O *Chuva de Bala no País de Mossoró* ocorre durante os festejos juninos da cidade, sendo marcado, por sempre ter um número muito grande de pessoas assistindo em todas as noites de exibição. O espetáculo surge para narrar essa invasão dos cangaceiros a cidade de Mossoró e denota todo o ato de preparação até o momento da expulsão do bando. O espetáculo é feito com base na peça teatral de Tarcísio Gurgel dos Santos, doutor em Ciências da Linguagem pela UFRN. Buscamos o livro desse autor e fizemos uma análise.

Tarcísio Gurgel, em seu início, aborda que foi um “[...] texto escrito para comemorar os 75 anos da resistência à entrada de Lampião em Mossoró. Encenado no Mossoró Cidade Junina” (GURGEL, 2017). Como personagens, estão Antônio, Coronel Rodolfo, Lampião, Massilon, Padre Mota, Laurentino, Secretário, Gatinho, Cangaceiro 1, Coronel Gurgel, Sabino, Jararaca, Coro das viúvas, Líder do Coro, Voz off – 1, 2, 3, Fotógrafo, Mulher do Povo, Comadre Lica, Outra Mulher, Rapaz, Soldado, Menino – 1, 2, 3, 4, 5. A peça é dividida em dois atos, sendo sempre a primeira e a última fala do narrador Antônio. Vejamos a primeira fala do primeiro ato, que enuncia quem ele é e o que é esse espetáculo:

ANTÔNIO – (Enquanto os atores e figurantes se movimentam freneticamente, colocando-se nas posições para as cenas subsequentes) Muito boa noite, senhores. Muito boa noite, senhoras. Muito boa noite rapazes e moças, meninos e meninas. Meu nome é Antônio, como o do santo do dia; minha profissão, é homem do povo. Sou uma mistura de poeta, camelô, mágico e palhaço e aqui estou para lhes apresentar uma apaixonada história de coragem, esperanza e resistência. Uma história que se passa no ano de 27, mas que começou a ser escrita bem antes, e que não terminará, enquanto houver miséria, injustiça social e calçada, mesa de jantar, gente envelhecendo e gente nova, boa de escutar. Como toda história boa tem alegria, tristeza, suspense, verdade e também mentiraziinha, que é pra dar o molho. Tratem de controlar suas emoções. E deixem o ódio de lado. Porque o ódio iguala as pessoas. Um pouco de razão faz muito bem, afinal, de quando tudo aconteceu até hoje, já se passaram três gerações e isto não é pouco, para uma história que nunca termina. Por isto se preparem. Vai começar o espetáculo que conta a história “De como choveu bala no País de Mossoró” (GURGEL, 2017, p. 11-12).

Durante o primeiro ato, ocorre o desenrolar da história, mostrando desde o momento da apreensão do Coronel até a escrita da carta para a libertação e a devolutiva por parte do Prefeito Rodolfo Fernandes, negando a entrega dessa quantia. Também é retratada neste primeiro ato a fúria de Lampião e o seu bando quando deparados com a negativa. Além disso, evidencia-se, também, toda a organização dos mossoroenses para um possível ataque do bando de Lampião, denotando um forte papel da igreja nessa proteção, tanto em quesitos de suas torres para a resistência quanto pela proteção e bênção por parte do Padre Mota, configurando o que ele chamou de guerra santa. Para finalizar o primeiro ato, Antônio também surge, quando sua fala é:

ANTÔNIO – ( Perscrutando o tempo) Menino, vai chover e não tem lenha. Não sei por que, mas ta me dando uma agonia, uma impaciência nas pernas... Vote! Dizia minha velha mãe, boa romaria faz a quem em casa está em paz. E quer saber do que mais? O melhor mesmo é a gente se esconder, porque vem chumbo grosso! (Ralhando com os meninos, enquanto desarma sua tendinha...) Marche para casa, menino! Marche. Lobisomem vem aí, desgraçado! Querem que ele coma o figo de vocês? Querem? Marche para, vá! (Os meninos chispam. Para a plateia e os outros desocupados recalitrantes) E quer saber o que mais? Nós também vamos dar um tempo, como é que se diz hoje em dia. Deixar que as duas partes se preparem pra essa briga, que vai feder a chifre queimado. Cada um que guarde o seu lugar. Vão se entretendo com um picolé, uma pipoca, um confeito, um rolete de cana e procure se resguardar. Porque daqui a pouco a bala vai troar. É... E se o prefeito recomendou que quem tivesse desarmado saísse da cidade, a gente tem mesmo é que se cuidar, pois o home não está pra brincadeira, não! (Pára um pouco) Mas antes vamos combinar uma coisa: cês me esperem aqui, enquanto a gente faz um intervalozinho. Coisa pouca. O tempo de tomar um caldo de cana, comer um brote, dar uma mijadinha. Quando bando já tiver perto, eu volto, pra dizer e a gente continua. Tenham medo não. Té mais ver. (Sai, dando cambalhotas, ou algo assim, Entra a Banda. Intervalo) (GURGEL, 2017, p. 25-26).

Percebemos que o final do primeiro ato é, na verdade, um anúncio de que choverá balas na cidade de Mossoró pelo fato da organização feita em ambos os lados. Quanto a abertura do segundo ato, é feita também com o narrador, quando denota a entrada do bando de Lampião, seus caminhos pela estrada de ferro e os sentimentos envoltos na cena, fala essa envolvida com pausas e sons que coincidem com o anúncio do combate:

ANTÔNIO – (Acenando para o povo, da torre da igreja de São Vicente) Ei. Psiu! Faz que olha, coração! (Pausa) Aqui em cima, abestado! Oi eu aqui. Ta me vendo não? Nem eles, Ninguém acreditava que a torre da igreja atirasse, naquele 13 de junho de 1927. E essa torrezinha, dessa igreja do glorioso São Vicente, que eles chamavam “da bunda redonda”, teve um papel decisivo nessa pega. (Desce, por uma espécie de teleférico e se coloca no meio do palco principal, no patamar da igreja . Explica, didático) Dia de Santo Antônio, veja você . Dia de Santo Antônio e dia 13. O cego não prestou atenção nem numa coisa, nem outra. A cidade, agora, está vazia. Daqui, de bem pertinho, num lugar por nome de Saco, Virgulino Lampião ainda escreveu outro bilhete. Reforçava aquele pedido,

renovando a ameaça. Recebeu outra reposta, firme do Coronel Rodolfo Fernandes. E finalmente chegou a hora da onça beber água. Bem. Se é verdade que só brigam dois quando os dois querem, não tinha mais o que fazer. (Didático) EU vou explicar. (Vai indicando) O local, onde as coisas propriamente aconteceram e onde se deu a vitória, foi aqui, por conta da igreja e da casa do Prefeito – ali, onde é hoje o Palácio da Resistência. Mas, a invasão mesmo, aconteceu com os bandidos chegando pelos trilhos da estrada de ferro. Dando combate com a trincheira da Estação de ferro. Dando combate com a trincheira da Estação, alguns chegando até a casa do prefeito – que ficava ao lado – pelos fundos. Vamos imaginar. Sabino lidera a coluna principal. O grupo de Jararaca e Colchete, deriva pra essa casa que fica atrás da Igreja. Lampião fica na retaguarda, onde vinha também Massilon, la onde tinha a antiga União dos Artistas. Os prisioneiros e os cavalos, eles deixaram lá no Saco, com alguns cabras vigiando (GURGEL, 2017, p. 30-31).

Após esse trecho, o ato dois se desenvolve, denotando todo o processo do combate entre o bando de Lampião e o povo mossoroense. Além disso, também se mostra o percurso da captação de Jararaca e a sua morte, com várias passagens no qual os envolvidos se vangloriam pelo feito. Por se tratar de uma luta armada, surgiu o nome Chuva de Bala. A finalização do ato, em seu lado, traz a presença de Antônio, desta vez, anunciando a vitória dos heróis e a derrota dos demais, que regrediram em sua tentativa de ataque. Vejamos o final do segundo ato, em que Antônio trata da questão da vitória do povo e da morte do prefeito que, embora doente, conseguiu organizar o seu povo:

ANTÔNIO – Pouco se comentou que o coronel Rodolfo, já na época do combate, tinha a saúde agravada. O coração fraco de tanto esforço que fazia para respirar. De tanta luta que teve de enfrentar. Por sua vontade, não matavam o cabra. Sendo executivo, não ia querer se meter com a Justiça. E o homem estava preso. Entendia que feita sua parte, a Justiça haveria de cumprir seu papel. Deu no que deu. Imaturidade? Sentimento de Vingança? Ódio acumulado ou simplesmente medo? (Transição) A bem dizer, Rodolfo Fernandes sua vida pra salvar a vida dos mossoroenses. Porque a batalha principal acabou perdendo quatro meses depois. Morreu de morte morrida. É... A história tem lá suas ironias e pensando bem: é até bom que assim seja, porque senão, não deixava nem a gente pensar... E se a gente acaba acreditando em tudo, fica sendo igual um arigó, né não? [...] Que a paz se aninhe no coração dos homens e a vida seja só alegria. Cadê o boi?, o Boi de São Gonçalo e de todos os santos?. Vamos comemorar, meu povo. Vamos comemorar... (GURGEL, 2017, p. 42).

Destacamos a frase utilizada na peça: “[...] e se a gente acaba acreditando em tudo, fica sendo igual um arigó, né não?” (GURGEL, 2017, p. 42), que, de certa forma, vai ao encontro do que foi debatido nesse texto, entre o que é verdade e o que é espetáculo. Por fim, podemos perpassar à visão do espetáculo, em si, em comparação a esse texto. De início, tratamos que coincide em todos os momentos. O cenário é coberto e os músicos estão em penumbra. Os atores iniciam cantando a música “Canta Nossa Gente, Nossa Praça”. Em seguida, os atores saem e o cenário é revelado, quando Antônio aparece em sua bicicleta fazendo referência a Waldemar dos Pássaros. Depois, toca-se a música de “A Sina de Antônio”, antes que se inicie a cena I, que se trata da apresentação do narrador e do espetáculo, de forma geral. Em seguida, na cena II, monta-se o acampamento, com todos cantando a música tema de Lampião. Depois, surge na cena Lampião, Massilon e Jararaca falando de suas pretensões iniciais, precedidos pela continuação da música anterior.

A cena III, por sua vez, é iniciada com uma música e a entrega do telegrama ao prefeito, gerando um diálogo intenso entre este, Rodolfo Fernandes, e o Padre Mota, quando tratam da invasão e da organização da defesa. A música que sequencia a cena tem o seguinte trecho: “[...] Mossoró! Ele não sabe quem é Mossoró! Nossa defesa será forte como um rochedo! Vamos nos organizar” (CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ, 2018). Em seguida, existe uma conversa entre Rodolfo e o Tenente Laurentino, retomando a música citada. Após essa parte, Padre Mota também faz suas inferências, quando evidencia se tratar de uma terra santa, guiada e guardada por Santa Luzia, que dá a sua bênção para essa “guerra santa”. Depois da música cantada, adentra a próxima cena.

Essa cena IV trata do entreato, quando Antônio fala da ousadia e coragem do povo mossoroense. A cena V se trata de um *flashback*, e por sua vez, é composta pelas falas de Rodolfo, Laurentino e Gatinho sobre o sequestro, ao mesmo tempo, em que Gatinho rememora a cena que ocorreu frente ao bando de Lampião. A cena VI, em seu lado, traz Antônio novamente com algumas inferências. Na cena VII temos a resposta. Inicialmente, Lampião, junto a Sabino, Massilon e Jararaca, ironiza a visão do Coronel de que a cidade de Mossoró é forte. Depois, é mostrada a cena da leitura da carta enviada ao prefeito que, prontamente, envia a sua resposta ao acampamento de Lampião, que a recebe irritadamente, dando margem para a próxima cena.

A cena VIII coincide com a marcação do fim do ato I, quando Antônio mostra a possibilidade de uma chuva de bala na cidade em virtude da negativa do prefeito para com a proposta de Lampião. Na cena IX, denominada de “as vi-

úvas”, temos, somente, as músicas e, na cena X, mais uma passagem de Antônio sobre o combate. A cena XI, por sua vez, evidencia o momento do combate e o momento da trilha para a morte de Jararaca. A cena final é a XII, que mostra a conversa entre Rodolfo e Laurentino, bem como é cantado o Hino da Vitória: “[...] Mossoró, Mossoró, terra amada triunfa, na Glória de um novo porvir, eis-nos prontos para nova empreitada, para quem quiser nos invadir” (CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ, 2018). Por fim, José Otávio solicita uma fotografia para documentar este momento para a posteridade, precedido pela música animada “Olha pro céu, meu amor”.

Insta retomarmos, ainda, os questionamentos feitos no início dessa subseção, para os quais ousamos traçar algumas respostas com base na análise feita a partir do texto original, do texto adaptado, dos estudos de Bezerra (2014) e Falcão (2013) e do contato direto estabelecido com Marcos Leonardo, diretor do espetáculo: a história se mistura com a invenção; quem escreveu sobre o tema tinha relação com este, podendo exercer parcialidade; a história e o espetáculo são entrelaçados; se trata de um espetáculo da prefeitura que, também, recebe outros patrocínios; o roteiro foi devidamente explicitado; são feitas audições para seleção do elenco, composto por 100 (cem) profissionais, dos quais, 72 (setenta e dois) são atores/atrizes/musicistas e dançarinos(as). A empresa que ajustou iluminação e som não teve o nome dito e o figurino é feito pelo diretor. Com base nisto, passamos agora para este espetáculo visto de fora, com as suas nuances de palco.

## EM CENA: CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ VISTO POR FORA

O espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* ocorre sempre no período junino, nos festejos da conhecida festa da cidade: Mossoró Cidade Junina, configurando diversas noites de apresentação. Neste cenário, destacamos nessa subseção como o espetáculo é visto no palco, em cena, ou seja, percebido de fora. O texto, que já é bastante conhecido por todos, é apresentado por uma equipe bastante organizada que deixa cada pessoa que assiste entusiasmada e atenta ao longo da trama. Muito embora todos saibam do que se trata a história e qual é o contexto, existe uma busca constante em inovar figurinos, músicas e movimentos, mas, mantendo o texto, que é parte de uma tradição.

Reservamos, pois, esta subseção, para mostrarmos como ele ocorre de fora e a melhor maneira de fazermos isso é mostrando as imagens do espetáculo que já retratamos na subseção anterior. Essas imagens são de extrema relevância porque, como aduz Tamanini (2017, p. 339) “[...] imitem signos críveis, produzem deslocamentos de significados entre o receptor e o emissor que resenham fluxos de compreensão. Decorrente disso, as imagens têm tarefa infundável no ato de representar, à medida que também são duradouros e intermitentes os critérios de observação”. Percebemos na imagem as possibilidades de significado próprias que evocam muitos sentimentos, contam uma história, provocam identificação, resguarda momentos, como a peça tratada denota: “[...] guarda aquele instante para a posteridade” (GURGEL, 2017, p. 42).

Moura e Araújo (2017) abordam a relação existente entre os registros fotográficos e a capacidade de construir memórias, evidenciando que, “[...] para que a memória seja perpetuada, algumas ações são fundamentais, neste caso, em específico, a importância da preservação e conservação de materiais fotográficos, a fim de que a degradação desses materiais seja retardada”. Esses registros de imagem podem estar conversando e guardando momentos que poderiam estar perdidos, sobretudo, se considerarmos que o passado sempre foi um verdadeiro objeto de interesse para a humanidade, que sempre tentou resguardar instantes. Morais e Tamanini (2021, p. 4-5) denotam:

Como expressão humana, a imagem tornou-se uma das primeiras tentativas de comunicação e de registro do cotidiano, um dos modos de significar o mundo, uma das maneiras de se relacionar com os espaços e com os marcos temporais. Logo, a imagem desde o

início figurava-se um elemento possuidor de informações que precisava ser lida em seus aspectos funcionais e não apenas apreciada em sua estética.

Percebemos, então, o grande potencial que os registros fotográficos têm enquanto forma de comunicação, registro, significação do mundo, relação dos espaços, marcos temporais e, também, registro de memórias. Tamanini e Souza (2021, p. 269) também abordam que “[...] as imagens narram histórias de vida. A elas são atribuídos sentidos no instante em que são visualizadas. O olhar cuidadoso sobre elas procura algo que surpreenda cada expectador seu”. As imagens nos permitem navegar em outros momentos históricos, depararmos com emoções que estão em nosso subconsciente, repensar nossas ações, recordar histórias.

É com base nessa compreensão dos objetos imagéticos que trazemos para esta subseção as imagens do espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*. Trouxemos, de início, uma imagem que remonta a parte musical contida nas cenas, uma vez que é um espetáculo que vincula os movimentos com a música. Reily (2014, p. 2) aborda que “[...] com efeito, a corrente de associações que pode ser desencadeada por uma performance musical é infinita, sendo sua densidade consequência do nosso grau de comprometimento com a canção e o(s) contexto(s) de sua performance”. Vejamos a figura 1:

**Figura 1** – Encenação por meio do musical



Fonte: João Lima Neto (2019).

A música também traz a possibilidade de construir memórias. Ancoramos essa afirmação no que apregoa Reily (2014, p. 02): “[...] toda performance musical faz parte de um universo estético reconhecível e reconhecido por seus participantes. Esta memória é o produto de sucessivas performances. Deste modo, a trajetória da canção cria uma memória”. Agora temos a figura 2.

**Figura 2** – Encenação por meio de figurinos e movimentos



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2019).

Percebemos, com base nessa imagem, que quem atua está envolvido, correlacionando emoções e deixando isso transparecer para o público. Reily (2014, p. 42) aborda que “[...] como uma espécie de arquivo, a performance retém, mesmo que de forma quase imperceptível, o seu desdobramento ao longo do tempo”. Dessa maneira, o ator/a atriz consegue entregar-se dentro da sua encenação e, por meio dessa performance, quem assiste começa a ser tocado, a viver a experiência de perceber o seu passado por meio daquelas cenas, isso, reforçamos, se dá porque evoca memórias e uma memória coletiva, como é o caso dessa narrativa do povo mossoroense que resistiu ao bando de Lampião.

Dando sequência a apresentação das imagens, resolvemos trabalhar por momentos, com base no último espetáculo. Mais precisamente, separamos dez imagens que mostram esse espetáculo. Em 2019 o espetáculo não ocorreu. Necessariamente, neste ano de 2021, em razão também desse cenário pandêmico da Covid-19, o espetáculo ocorreu em formato de filme. De acordo com Marcos Leonardo, o diretor do espetáculo, o maior desafio deste formato foi trabalhar uma encenação teatral que mantivesse a identidade do *Chuva de Bala*, uma vez que era feita a transição do teatro para o cinema: “[...] a gente quis deixar impresso a coisa que a gente mais ama que é o teatro. Você não assistirá ao filme literalmente, você vai ver um espetáculo de teatro gravado em um filme” (SANTOS, 2021, p. 01).

Ressaltamos, ainda, a fala de Etevaldo Almeida, secretário de cultura, em matéria concedida à Prefeitura Municipal de Mossoró, quando diz que visualizou na concretização desse projeto um novo ato de resistência, em se tratando, sobretudo, dos dois anos pandêmicos: “[...] e conseguimos, enquanto gestão pública idealizar o filme respeitando todos os padrões relacionados com a questão de saúde porque trabalhamos com o plano sanitário e nós tivemos um filme com a qualidade, com a produção e com um tempo muito curto”. Vemos também uma nova fala de Santos (2021, p. 01) quando afirma que a ideia era mostrar, no espetáculo, que era um ano pandêmico: “[...] a gente não teve pudor que aparecesse caixa de som moderna na igreja. É uma estória, é um espetáculo de teatro que foi filmado”.

Vemos, pois, a revitalização na forma de exibição do espetáculo, quando mantém a tradição, mas mistura traços novos, principalmente por se tratar de uma versão gravada, um desafio diferente dos que encontraram anteriormente. O filme foi exibido no dia 23 de junho de 2021, no mês em que se comemoram as festividades da cidade, sendo exibido no canal do *Youtube*<sup>1</sup> da Prefeitura de Mossoró, estando, ainda, disponível para apreciação. Ao todo, mais de 400 pessoas estiveram envolvidas para a realização completa da programação da cidade.

Iniciemos a exibição desses momentos mostrando Antônio, o narrador, que abre e encerra todos os atos da peça.

---

1 Link para acesso ao filme *Chuva de Bala no País de Mossoró*, devidamente registrado no canal da Prefeitura Municipal de Mossoró: <https://www.youtube.com/watch?v=YAOsxeTW2Bc>.

Figura 3 – Narrador Antônio



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

Ao longo de todo o espetáculo, Antônio surge narrando os acontecimentos. Mergulha entre a sua própria apresentação e a apresentação do texto, anuncia as passagens e emite as deixas para os acontecimentos que marcam a história. A segunda imagem refere-se a Lampião em seu acampamento. Vejamos:

Figura 4 – O bando de Lampião em seu acampamento



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

O bando de Lampião é retratado em todas as encenações como pessoas decididas, seguras e prontas para invadir qualquer cidade. O julgamento de valor feito no texto perpassa as características de caráter, evidenciando serem pessoas de índole ruim, que fazem perversidades e esta é mais uma tentativa. Vemos na imagem que todos estão armados. Dando continuidade à trama, percebemos na imagem que o bando fez de refém o Coronel Gurgel, solicitando que este escrevesse uma carta pedindo uma recompensa em troca de sua soltura.

Figura 5 – Coronel Gurgel escreve carta solicitando resgate



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

Essa carta, que foi escrita por Coronel Gurgel, é enviada para o prefeito Rodolfo Fernandes, como vemos na figura abaixo:

Figura 6 – Prefeito Rodolfo Fernandes faz a leitura da carta



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

Quando ciente dessa carta, organiza sua devolutiva e, prontamente, responde negativamente ao pedido do bando, deixando Lampião enfurecido, como percebemos na figura abaixo:

Figura 7 – Lampião enfurecido com a negativa do prefeito



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

É com base nesse cenário de fúria que Lampião planeja o seu ataque, abrindo caminho pela Ponte de Ferro. Até essa imagem 6, percebemos que a gravação foi feita não em cenários previamente postos, mas em locais da cidade, remetendo ao ideário que constitui os filmes.

Figura 8 – Lampião e o seu bando na Ponte de Ferro



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

O próximo momento que configura o espetáculo se trata do combate, em si, que foi chamado pelo Padre Mota de “guerra santa”, por recorrerem à igreja como um local de ataque e defesa.

Figura 9 – Igreja de São Vicente utilizada como escudo



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

Neste momento, ocorreu o combate, resultando no recuo do bando de Lampião que, ao observar a grande preparação do povo mossoroense, ocasionando morte e ferimento apenas para os 'vilões', foi embora deixando para trás o seu amigo Jararaca.

Figura 10 – Bando de Lampião recua após tentativa de ataque



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

As cenas que seguem no espetáculo mostram o destino de Jararaca que, conforme o contado, foi capturado e morto. Em algumas versões, ele mesmo quem cavou a própria cova. Apesar disso, no filme essa parte não é retratada, mostrando, somente, sua captura e morte, como vemos na imagem abaixo:

Figura 11 – Jararaca é capturado e morto



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

Resolvemos trazer para esta narrativa a última imagem que, por sua vez, é a imagem de uma imagem: o registro fotográfico solicitado por José Otávio com o fim de guardar o saudosos instante de vitória para a posteridade.

Figura 12 – José Batista faz um registro fotográfico



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró (2021).

Vemos, assim, que o espetáculo em formato de filme ainda manteve a tradição, retratou com fidelidade a peça de Tarcísio Gurgel e trouxe possibilidades de construção de significados, seja pelas músicas, pelo figurino, pelas cenas. O espetáculo é rico em beleza para quem interpreta e, sobretudo, para quem assiste. Por fim, tendo feito todo esse paralelo e compreendido como é o *Chuva de Bala no País de Mossoró* – por dentro e por fora – podemos adentrar na próxima seção. Compreendido o que é a história local, como esta é abordada no Brasil, e sabendo o que é o espetáculo objeto desse estudo, a seção quatro dará conta de perceber a docência dentre esses debates.

## O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL E SUAS POSSIBILIDADES: DISCUSSÕES ENTRE O CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ E A SALA DE AULA

O local oferece uma resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades (BORDIN, 2001, p. 29).

Alain Bordin (2001), estudioso da História Local, em sua obra “A questão local” propõe uma interessante análise a respeito da trajetória dessa abordagem, perpassando o processo construtivo de novas aprendizagens e concepções históricas. O autor acentua que essa nova análise advém de vários questionamentos a respeito da historiografia tradicional, que, de forma dicotômica, não consegue aproximar o homem da sua própria realidade. Ao pensarmos sobre a concepção desse autor, lembramo-nos de uma frase de Teixeira (1979, p. 37) que é bastante conhecida e utilizada movimentos da Escola Nova: “[...] educação é vida, e não preparação para a vida”. Ousamos inferir que, mais do que a necessidade de estarmos aprendendo aqueles conteúdos escolares clássicos, precisamos entender a nossa própria história.

Muitas vezes ficamos limitados a uma suposta ‘preparação para a vida’ que está ancorada em uma veia extremamente tecnicista. Precisamos aprender, porque precisamos trabalhar. Raramente entendemos que a educação é, em si, a vida e, assim sendo, não ocorre somente em sala de aula, com os assuntos tantas vezes distantes e desconectados da realidade dos alunos: a educação ocorre nos fatos históricos, em uma imagem, em uma visita aos monumentos históricos, na ação de pensar. A educação ocorre nas conversas, nas construções e, talvez, muito mais nos questionamentos do que nas respostas. O conhecimento que o aluno traz, as suas histórias, a forma que ele percebe a sociedade, a história de uma cidade, tudo isso tem potencial de ser trabalhado historicamente em sala de aula.

Dewey (1976, p. 08) acentua que “[...] deve haver relação íntima e necessária entre os processos de nossa experiência real e a educação”, de forma que possamos construir visões complexas sobre a história, sobre a aprendizagem história, sobre a vida, a partir de uma proximidade. Essa proximidade da qual trata o autor serviria como uma janela e, por meio dessa janela, se alcançaria uma análise mais efetiva dos acontecimentos históricos, porque o aluno veria de dentro para

fora. Ver de dentro para fora, nessa metáfora, seria perceber os conhecimentos a partir da sua realidade. Então, ele não seria jogado diretamente na 'parte de fora' do saber no momento em que o professor apresenta um conteúdo de outro local, que ele não consegue fazer relações. Ele seria apresentado a esse conhecimento que, de certa forma, é distante, mas por dentro da janela, ou seja, existiria uma contextualização do saber que esse aluno tem/pode ter em sua realidade local, expandindo para uma realidade trabalhada, agora, de forma maior.

Por isso, reforçamos que não é uma história que deve ser resumida ao nível local, mas que se deve alçar uma compreensão da história maior a partir dessa história local, ou seja, “[...] o aluno aprende e apreende não somente para utilizar o conhecimento objetivando chegar a algum lugar, mas sim, possibilita relacioná-la com o espaço de vivência e experiência do aluno” (GIDALTE, 2018, p. 26). Pensamos, então, que o ensino da História Local não deve estar sendo dado de forma limitada e ancorado na superficialidade, de forma esporádica, como se fosse um 'evento', mas sim, de forma contínua e significativa, percebendo a relação que existe entre a experiência e a educação. É fundamental que o aluno pense nessa historicidade do local em que ele está inserido.

Somente a partir disso ele percorrerá uma estrada que parte das relações sociais de sua proximidade e alcance o destino da sua posição no mundo. Ele saberá de onde partiu e onde estará, não somente por compreender os aspectos da sua cidade e do seu país, por exemplo, mas porque se sentiu inserido e repensou sua identidade com base nesse saber. No ínterim dessas discussões, iniciamos a nossa última seção. Quando iniciamos a sua elaboração, refletimos sobre o que até aqui havíamos percorrido: entendemos como a História Local é abordada no Brasil e, especificamente, no PPP de três escolas da educação básica em Mossoró; vimos, de dentro e de fora, o espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*; e agora, direcionaremos nossos esforços em entender esses dois pontos unidos, ou seja, como o espetáculo servirá às experiências de ensino da História Local.

Como trabalharemos nas possibilidades desse ensino, nos convém explicarmos o traçado da seção. Dividimos em dois momentos: no primeiro, trabalhamos a invenção de uma tradição. Neste instante podemos nos questionar sobre a importância desse debate. Nos propomos no terceiro objetivo específico dessa pesquisa a diagnosticar a aplicabilidade do ensino de História Local em três escolas municipais da Educação Básica de Mossoró. Para fazermos isso, precisamos, inicialmente, entender a história dessa cidade. A faremos à luz das discussões de Rocha (2001), Carvalho (2012) e Costa (2011) sobre Mossoró. Ain-

da ancoramos nossa investigação em Cerri (2011) para debatermos a respeito da consciência histórica que envolve os indivíduos. Por fim, evidenciamos que toda a história de Mossoró que estaremos contando nessa subseção trará reflexões e pensamentos sobre como trabalhar essa História Local, de forma que não nos resumamos a mostrar a história da cidade, mas sim, as possibilidades de ensino a partir dessa história.

O segundo momento da nossa discussão serviu para a nossa finalidade de abordar, inquirir e tocar nessas possibilidades e fragilidades da exequibilidade do ensino de História Local nas escolas municipais de educação básica de Mossoró, tendo como ponto de checagem o espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*. Para isso, usamos como base as ligações teóricas de Ferreira e Silveira (2020), Gidalte (2018) e Falcão (2011) com o discurso docente. Iniciamos refletindo essas possibilidades com base no questionário que aplicamos. Depois, analisamos imagens de cinco pontos diferentes da cidade de Mossoró que remetem à história contada nesse espetáculo. Os pontos de cruzamento dessa seção, como um todo, nos permitiram alcançar o objetivo geral de analisar o espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* enquanto estratégia de ensino de História Local na Educação Básica em Mossoró. Que alcancemos as salas de aula, é o nosso desejo.

## INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO: O PAÍS DE MOSSORÓ

De acordo com Carvalho (2012), a cidade de Mossoró foi inicialmente habitada pelos índios Monxorós, com características fisiológicas de baixa estatura, e conhecidos pela sua agilidade, com espírito taciturno e hábitos de guerra. Essa já é uma possibilidade inicial de trabalharmos a respeito da nossa história, rememorando os antepassados e fazendo pontes com a atualidade. Quem eram esses povos? Quais os seus costumes? Como eles se vestiam? Quais os seus comportamentos? Por que são reconhecidos pelas guerras travadas? Vê-se semelhança com os atuais habitantes? Essas são questões que podem ser levadas para a sala de aula e englobam muitos outros questionamentos. Por vezes, limitamo-nos na crença de que um assunto já está encerrado. Devemos creditar mais, aos nossos alunos, esse papel de questionador, de protagonista, de vivenciador.

O nome Mossoró também pode gerar debates no momento de um planejamento de aula. Seria o nome “Mossoró” uma derivação dos índios Monxorós? Seria fruto da conhecida árvore Mororó, flexível e resistente, muito comum no Norte? A palavra é de origem tupi; o que essa significa? Será que os alunos con-

seguem reconhecer o significado enquanto é: “corte, erosão, ruptura”? Conseguimos elaborar muitas outras discussões acerca do nome da cidade. Conforme dados do IBGE (2020), os primeiros não-indígenas chegaram na região por volta de 1600. Quem são esses não-indígenas? Como foi essa chegada? Como era a vida nesse espaço dentro desse recorte temporal? Esses são mais pontos que podem estar sendo discutidos na perspectiva da História Local de Mossoró.

Em relação à formação administrativa de Mossoró, por sua vez, também conseguimos desenvolver esse ensino em sala de aula e, dessa vez, não somente nas vertentes de datas que o aluno irá decorar naquele momento e para aquelas avaliações, mas que, depois, seus significados serão esquecidos. Vejamos os seguintes pontos:

Distrito criado com a denominação de Mossoró, pela resolução provincial nº 87, de 27-10- 1842. Elevado à categoria de vila com a denominação Mossoró pela lei provincial nº 246, de 15-03- 1852, desmembrado de Princesa (mais tarde Assú). Sede na povoação de Mossoró. Elevado à condição de cidade com a denominação de Mossoró, pela lei provincial nº 620, de 09-11-1870. Pela lei municipal nº 19, de 10-09-1908, são criados os distritos de Porto de Santo Antônio e São Sebastião e anexado ao município de Mossoró. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Mossoró, Porto de Santo Antônio e São Sebastião. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede. Não figurando os distritos de Porto de Santo Antônio e São Sebastião, pois os mesmos foram extintos. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 603, de 31-10-1938, é recriado o distrito de São Sebastião e anexado ao distrito de Mossoró. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 2 distritos: Mossoró e São Sebastião. Pelo decreto-lei estadual nº 268, de 30-12-1943, o distrito de São Sebastião passou a denominar-se Sebastianópolis. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 2 distritos: Mossoró e Sebastianópolis ex-São Sebastião. Pela lei estadual nº 146, de 23-12-1948, o distrito de Sebastianópolis passou a denominar-se Governador Dix-Sept Rosado. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Mossoró e Governador Dix-Sept Rosado ex-Sebastianópolis. Pela lei estadual nº 889, de 17-11-1953, é criado o distrito de Baraúna ex-povoado e anexado ao município de Mossoró. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 3 distritos: Mossoró, Baraúna e Governador Dix-Sept Rosado. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela lei estadual nº 2878, de 04-04-1963, desmembra do município de Mossoró o distrito de Governador Dix-Sept Rosado. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 2 distritos: Mossoró e Baraúna. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979. Pela lei estadual nº 5107, de 15-12-1981, desmembra do município de Mossoró o distrito de Baraúna. Elevado à categoria de município. Em divisão datada de 1-VII-1983, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (CARVALHO, 2012, p. 3).

Vemos na formação administrativa inúmeras oportunidades de discussão da História de Mossoró. Os eventos acima não devem ser apresentados em sala de aula somente enquanto datas, mas sim, como verdadeiros encontros. Por exemplo, ao dizer que, em 1852, Mossoró foi elevado à categoria de vila pela Lei Provincial nº 246, de 15-03-1852, não se trata somente de apresentar um recorte temporal, mas um reconhecimento, uma distinção. O que significava um lugar se tornar uma vila, em 1852? Qual o significado administrativo de vila naquela época? E hoje? Como explorar as regiões interligadas? Portanto, tratamos não somente da oportunidade de encontros de marcos cronológicos, mas, também, de significados de palavras que mudam no decorrer das décadas.

Podemos trabalhar didaticamente a história de Mossoró como conteúdo de História Local, muito além da toponímia, da origem, ou de sua emancipação. Outros temas se somam a essas descrições. Imaginemos tematizar a abolição da escravatura, por exemplo. O professor de História pode explorar o fato de ela ter ocorrido em Mossoró, cinco anos antes da assinatura Lei Áurea. Este fato colocou o município como o primeiro do Rio Grande do Norte a abolir a escravidão. Outro ponto servir de conteúdo é a seca ocorrida entre 1877 e 1888. Tema que serviu para a descrição de trabalhos acadêmicos, inclusive. Se formos ousados, perceberemos que essas temáticas podem ser trabalhadas interdisciplinarmente, sobretudo, porque têm uma ligação visível. Vejamos, resumidamente, pelas palavras de Roure (2005, p. 2-3) em seu discurso de comemoração aos 122 anos da libertação dos escravos desta cidade, sobre como ocorrera:

Na verdade, Mossoró nunca foi uma cidade escravocrata. Possuía cerca de cento e cinquenta escravos em 1862 e uma população livre de quase dois mil e quinhentos habitantes. A cidade não tinha engenhos, cuidava do gado e para isso não precisava de muitos braços. O número de cativos era relativamente baixo. No entanto, a presença de escravos constante na cidade despertou a humani-

dade dos cidadãos mossoroenses. [...] É que a seca que teve início em 1877 e se estendeu até 1879 no Rio Grande do Norte, fez com que a população, faminta, abandonasse suas casas e fosse para o litoral, onde haveria melhores condições de vida. À época Mossoró abrigou grupos numerosos de flagelados. [...] Em 6 de janeiro de 1883 era criada a “A Sociedade Libertadora Mossoroense”, formada por gente de destaque na cidade, cujo Código contava com um único artigo. Não havia parágrafos. Lá dizia: “Todos os meios são lícitos a fim de que Mossoró liberte os seus escravos”.

Essa passagem evidencia uma grande oportunidade de discussões em sala de aula que vão orbitar desde essa mancha indelével na história do país, a dívida história com a população negra, a relação da escravidão com as desigualdades sociais, as políticas públicas existentes para as resoluções necessárias, até esse momento da libertação dos escravos, ocorrido cinco anos antes da Lei Áurea, que tornava todos esses homens livres. Também pode ser problematizada essa seca tanto para a população pobre como para a população rica, que preciso “[...] enviar seus escravos para serem vendidos nas cidades litorâneas” (ROURE, 2005, p. 04), e, com isso, criar uma discussão nova sobre esse comércio escancarado de escravos que deu início às ideias abolicionistas. Trazendo esse contexto para um tempo mais atual, basta que convidemos os alunos a refletirem a razão da comemoração na cidade no dia 30 de setembro, que foi festivo pelo fato dessa libertação ter se dado no dia anterior, dia 29, a partir do enunciado enviado à Câmara Municipal da cidade de Mossoró pela Presidente da Sociedade Libertadora: “A libertação está feita e ninguém apagará da história a notícia do nosso nome. Os mossoroenses são dignos de serem olhados com admiração e respeito hoje e daqui a muito tempo, por cima dos séculos”.

Ademais, podemos também discutir o Motim das Mulheres, liderado por Anna Floriano, no protesto contra a obrigatoriedade do alistamento militar. Carvalho (2012) relata que as mulheres foram protestar, armadas com pedras e pedaços de pau, em frente ao cartório, tornando o escrivão de paz refém, rasgando todos os papéis e livros que tratavam do recrutamento dos seus maridos para lutar, na época, na Guerra do Paraguai. Ou seja, desde a ação de protestar, até a presença feminina forte, às formas de conduzir a ação, à guerra, são temas que se pode apresentar como conteúdo de História Local. Nesse mesmo sentido, Mossoró é a cidade do primeiro voto feminino, datado do ano de 1928, de Celina Guimarães Viana, professora, árbitra de futebol e defensora e propagadora das causas feministas. Vejamos quantos assuntos podem ser trabalhados até mesmo na personalidade dessa mulher.

Certamente, não ficaríamos apenas nessa personalidade. Basta que direcionemos ao que escreveu Carvalho (2012, p. 14): “[...] a memória que se ergueu a partir desses acontecimentos pode ser percebida no espaço público da cidade: nomes de ruas, bairros, praças, além de empreendimentos privados, são estratégias de inscrição dessa memória na cidade”. E, neste sentido, gostaríamos de inferir que o espaço pode estar sendo utilizado na construção da história. Para tanto, “[...] a perspectiva adotada para pensar esta relação é a de que espaço e tempo são dimensões da realidade, as quais estão entrelaçadas e por sequência, são indissociáveis” (CARVALHO, 2012, p. 14). Vemos essas possibilidades de trabalhar, conjuntamente, personalidade, voto feminino, espaço feminino e, também, o espaço público, as ruas, as praças.

De tantas temáticas, elegemos aquele que é tematizado como espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*. A narrativa do episódio se transformou em oportunidade para se erguer prédios onde se apresentam espetáculos: o Teatro Municipal Dix-Huit Rosado, construído em 2003; o Teatro Lauro Monte Filho, reaberto em 2009; o Memorial da Resistência Mossoroense, destacando o cangaço e a resistência ao bando de Lampião; e a Estação das Artes Elizeu Ventania, que abriga o Museu do Petróleo. Além disso, a cidade orgulha-se de seu Museu Municipal Jornalista Lauro Escócia, de 1948; do Museu de Paleontologia Vingt-Un Rosado que reúne espécies de fósseis da antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), hoje, UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido); da Capela de São Vicente (em frente da qual aconteceu o confronto entre o bando de Lampião e os mossoroenses).

Pensem agora esses fatos que apresentamos sobre a cidade de Mossoró como uma possibilidade de exequibilidade do ensino da História Local. Um dos agravantes do desconhecimento por grande parte dos mossoroenses de sua História Local ocorre porque as temáticas locais não encontram espaço nos currículos das escolas. Não se ensina acerca da memória da cidade. Parece haver desinteresse em abordar nas salas de aula as temáticas sobre as experiências vividas. Alunos que não sabem mais falar de suas raízes, do lugar onde a sua História ganha materialidade narrativa. Não se sabe, sequer, dizer da sua própria identidade e em como essa identidade pode estar ligada a uma identidade coletiva.

Conforme Benjamin (2012, p. 213), vivemos um verdadeiro decaimento da tradição oral, e isso nos torna péssimos narradores, uma vez que “[...] a experiência cotidiana referente à arte de narrar, aquela que revela a tradição oral, está em vias de extinção”. Não conversamos, não questionamos, não entendemos e nem

recebemos muitas informações sobre a história de onde vivemos. Parece que estamos em um local em que não fazemos parte e, mais ainda, costumamos a entender que aquela história é a nossa história. Narramos muito pouco porque essa arte de conversar e de questionar, não temos exercido. Como narraremos nossa história se não conversarmos sobre ela? O autor ainda acrescenta:

São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. É cada vez mais frequente que, quando o desejo de ouvir uma história é manifestado, o embaraço se generalize. É como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (2012, p. 213).

Dessa forma, observamos certa incapacidade de se desenvolver narrativas de si em sala de aula. Somos cada vez mais incapazes de contar as histórias, detalhá-las, interpretá-las e acrescentarmos visões sobre essas histórias. Isso faz com que a narração se perca e o que comece a ganhar força seja a informação, a mera informação, como aponta Larrosa (2002, p. 21) “[...] A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência”. Não visamos entender o contexto em que estamos inseridos, o que se passa dentro da nossa cidade e, ainda menos, como chegamos na configuração de cidade que temos hoje. Como entenderemos a história do nosso País se sequer entendemos a história da nossa própria cidade?

Na tentativa de dirimir esse fosso, o Ensino de História Local torna-se oportunidade de alunos e professores a se reencontrar entre si e com as suas próprias histórias compartilhadas, em que são tecidas as experiências. Cientes do conjunto de conhecimentos que configura a História Local, alunos e professores não apenas se informam, mas tecem suas narrativas fundamentadas em suas gêneses comuns. Não tratamos aqui, apenas dos conteúdos que a História Local pode trazer, mas das vivências que podem ser socializadas, dos diálogos que podem ser tecidos, das interpretações, agora novas, sobre o que o passado nos trouxe. Não no sentido de voltarmos ao passado, mas de irmos ao passado com dois olhares: o do ontem e o de hoje. O hoje ocorre como consequência do que já vivemos antes. A deficiência que nos é apresentada é da falta de contextualização e interpretação com o que estamos tentando apreender.

É por isso que a sociedade, em geral, é considerada a “sociedade de informação”, sabedora de muitos dados, quase sempre descontextualizados, se indi-

vidualiza cada vez mais: não sabe mais exercitar a arte da partilha. Se fecha, se isola e não aprende com o outro, não aprende sobre o outro e, sequer, chega a aprender sobre si. Quando relegamos ao ostracismo a história de uma cidade, estamos, conseqüentemente, eliminando a possibilidade de que as experiências situadas nela sejam conhecidas. É extremamente comum que inúmeras pessoas desconheçam a sua História Local, ou, se conhecem, dão pouca importância para isso. Uma das alternativas é a ressignificação do acontecido.

Uma das formas de estarmos ressignificando isso, seria, por exemplo, através dos espetáculos, como o caso do que é objeto da nossa investigação: *Chuva de Bala no País de Mossoró*. Se levarmos essa questão a um problema de título, por exemplo, poderíamos estabelecer a seguinte inquietação: Qual a razão do espetáculo publicizar a cidade de Mossoró como um país? Interessados nessa realidade que ironicamente ainda não havíamos nos deparado com a explicação real, buscamos os estudos de Rocha (2001), quando aborda que essa razão é explicada pelo vigésimo filho de Jerônimo Ribeiro Rosado, farmacêutico procedente da cidade de Catolé do Rocha (RN), Vingt-un, em entrevista concedida ao autor:

“País de Mossoró” significa um país imaginário. Um país particular de um povo forte que luta constantemente pela liberdade, um país que apaixona a gente. Eu sempre achei Mossoró uma cidade única, mas a expressão “País de Mossoró” foi uma coisa que me deu na telha, não foi nada pensado (2001, p. 229).

A expressão “País de Mossoró”, portanto, configura uma evidência ao lugar, no esforço de conferir uma identidade coletiva à cidade. Um epíteto nascido do improviso e que se perpetuou no imaginário coletivo como mais um elemento da invenção de uma tradição. Essa ideia de país amplia a memória da cidade e é extremamente comum que as pessoas se refiram dessa forma à Mossoró. Diante da riqueza de um suposto “País”, pensamos por que essa história custa a adentrar em sala de aula, ou mesmo, encontra dificuldades. Existe, até mesmo, uma preocupação política para essa inserção. Sobre a existência nos currículos escolares dos conteúdos locais, a Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Mossoró deu seu depoimento a um periódico de circulação nacional, em circulação na edição de 16 de agosto de 2006, sobre a necessidade de estar fortalecendo a cultura por meio da divulgação do que é e do que faz a cidade:

Um dos grandes méritos da Mossoró da Gente é compreender a cultura como força transformadora da sociedade. Durante todo o ano, a Prefeitura promove eventos artístico-culturais fortemente

ligados à história e às tradições locais. E para que a cultura seja realmente fortalecida desde a escola, os mossoroenses aprendem sobre a riqueza histórica de Mossoró. É a educação fazendo, hoje, a Mossoró de amanhã (REVISTA VEJA, 2006, p. 97).

A entrevista denota claramente uma preocupação do poder público municipal no ensino do conhecimento histórico de Mossoró ancorado à cultura do lugar para as crianças e jovens mossoroenses. É uma forma de elaborar essa memória coletiva com base nos feitos da cidade, criando e recriando um saber histórico que mantém a identidade desse lugar viva. Contudo, os estudos de Carvalho (2012), fazendo um recorte de uma entrevista realizada por ele a um professor de História da cidade de Mossoró, sobre como é abordada a História Local, afirmam:

O trabalho com esses conteúdos de História de Mossoró, quando existe, se resume a levar os alunos para visitar o Memorial da Resistência. Quando os alunos chegam lá, não tem como fazer um bom trabalho porque o que acontece é que eles ficam por lá, soltos, e não tem quem consiga controlá-los. A atividade perde o sentido (CARVALHO, 2012, p. 79).

Ainda na leitura do estudo de Carvalho (2012), observa-se que os professores apontam que existem materiais para o trabalho da história de Mossoró, como depoimentos de historiadores, vídeos, documentários, jornais e revistas. Alguns mencionam também a própria Fundação Vingt-un Rosado, como lugar de pesquisa. Contudo, a história da cidade é quase sempre abordada de forma folclórica, como se necessitasse existir uma data comemorativa ou mesmo específica para o assunto ser rememorado. A História Local figura, então, apenas na transversalidade. Parece que se resume às comemorações. Por isso, o discurso que trata da importância da interdisciplinaridade precisa ser muito recorrente, principalmente, nos cursos de formação desses professores de História. Como um recorte da mesma entrevista de Carvalho (2012, p. 80), contudo, dessa vez para uma professora de História, ela diz:

Os conteúdos da História de Mossoró são trabalhados nos primeiros anos do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano. A partir do 6º ano o professor se preocupa em trabalhar os conteúdos do livro didático, que não trazem nenhum conteúdo específico sobre o Rio Grande do Norte ou Mossoró. Sempre que trabalho algum tema da história de Mossoró a aula fica descontextualizada em relação ao que vinha sendo trabalhado antes. Eu falo sobre esses temas da

história de Mossoró a partir do calendário festivo da cidade, principalmente no mês de junho.

Para confirmar ainda mais essa transversalidade com a qual a História de Mossoró é discutida em sala de aula, trazemos Costa (2011, p. 7) que aduz:

[...] muitas vezes essas temáticas aí só aparecem no mês de setembro. Porque aqui é assim: chegou setembro, aí parece que Mossoró se vira para todas essas quatro temáticas que você me mostrou: Passou setembro, esquece que existiu Lampião, esquece que existiu Ana Floriano, esquece tudo. Então às vezes elas [as temáticas] surgem através de conversas. Dependendo do interesse que você desenvolva no desenrolar da situação. Às vezes o aluno se interessa mais e outro não. Aí você pode passar um trabalho de pesquisa, pode-se debater isso na sala, mostrar [...] um lado e outro da coisa.

Observamos, então, que as temáticas de História Local acerca da cidade de Mossoró são pouco aprofundadas. A história a ser ensinada parece ser muito mais a que está no próprio livro didático, muitas vezes, inteiramente distante da realidade do aluno, o que causa estranhamento e afastamento desse aluno. Esta maneira de ensinar torna a disciplina de História maçante e muito longe de interessar aos alunos. Apenas a rememoração de datas e personagens não é aquilo que ocupa o ensino de História atualmente. A História Local fica, portanto, adormecida, e quando aparece é, quase sempre, vinculada às efemérides municipais. Nóbrega (2007, p. 10) aborda que,

Mossoró é uma cidade singular. Os sentimentos de pertencimento ao local são tão fortes nesta cidade que as pessoas que chegam para trabalhar, morar ou estão de passagem, mas têm a oportunidade de ficar um instante, são acometidas constantemente de um sentimento de “estranhamento”. Percebe-se realmente como um verdadeiro estranho, um “estrangeiro”.

Esse trecho mostra um esforço para que se acredite na identidade local de Mossoró que é forte. Longe de qualquer descredenciamento, sabe-se que a identidade é algo móvel, mutante, cambiante. As identidades oficiosas, assim como as histórias de um só herói, são de interesses dos vencedores. Interesses políticos, de classe trabalhadora, das organizações sociais, ou seja, interesses que oportunizam o esvaziamento de uma consciência histórica. Cerri (2011, p. 67) afirma que a consciência histórica “[...] pode ser mais ou menos aprofundada, mais ou menos adequada ao seu contexto, mais ou menos envolvida por mitos e preconceitos”. O fato de todos possuírem certa consciência histórica passível de ser moldada pelas influências políticas, sociais e culturais, justifica a necessidade do ofereci-

mento de um ensino de História Local livre das amarras do conteúdo pronto, do conteúdo acabado e instituído. A este respeito, Rüsen (2010, p. 84) pontua que,

[...] é precisamente sobre a dimensão da consciência histórica que atua o ensino escolar da História, promovendo o aumento das experiências do tempo (ampliando o conhecimento do passado humano), bem como potencializando as capacidades interpretativas dessas experiências (construindo significados), para que o sujeito, o aluno, tenha mais possibilidades na criação de sentidos temporais e possa orientar a sua vida no presente.

Diferentemente da proposta de pesquisa de Carvalho (2012), que visou entender como o currículo interfere na construção da consciência histórica, a intenção dessa pesquisa é diagnosticar como a História Local de Mossoró é ofertada e abordada em sala de aula, sobretudo, com base no espetáculo. Seria uma História Local que apenas repete uma só versão do acontecido? Assim como não se poderia induzir os alunos a acreditarem inteiramente no que é retratado no espetáculo, não se poderia ensinar acerca dos episódios acontecidos em Mossoró fundamentados em uma só perspectiva.

Contudo, o ensino de História Local oportuniza a reconstrução de alguns aspectos de um passado, dado no presente e em sala de aula. É o que Carvalho (2012, p. 105) reforça quando diz que “[...] conhecer a cidade não é só ver aquilo ali, tem muito mais por trás”. É a possibilidade dada ao aluno de ‘viajar’ diante do que é mostrado e discutido. Não é levar, tão somente, a História Local de Mossoró como um produto cultural pronto e estilizado, facilmente digerível. Mas sim, como uma oportunidade de compreender suas raízes e reforçar o sentido de pertencimento. Afinal, alunos e professores pertencem a um espaço, se identificam com ele, modificam esse espaço e se permitem ser, por este, modificados.

Então, o espetáculo Chuva de Bala no País de Mossoró, que remonta à história da cidade, aparece como uma possibilidade de trabalho da História Local, em que se exercita o fazer historiográfico de maneira crítica, interdisciplinar, comungante e fundamentado na escuta de várias versões. Percebemos, ao longo da construção desta subseção, que existem inúmeras possibilidades de trabalho dessa história na sala de aula e, principalmente, não apenas constantes de datas comemorativas e festejos. O espetáculo não se daria, então, somente como espetáculo. Falamos, aqui, de facultar a história, a memória, a identidade, a coletividade, a vivência social, a educação, a vida. Que essa História Local de Mossoró precisa adentrar a sala de aula, já discutimos e sabemos da relevância, mas, pensemos, há um agente que atua como facilitador desse acontecimento: o

docente. O que pensa o docente sobre o ensino dessa História Local? Como ele percebe a importância da História Local? A História Local é abordada nas aulas desses docentes? O espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* serve para essa construção? São inquietações como estas que nos levaram à construção da última subseção dessa pesquisa, debatendo o discurso docente a respeito dessa história local como estratégia de ensino por meio do encontro. Que encontro? Vamos descobrir!

## O DISCURSO DOCENTE A RESPEITO DA HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO

É necessário desenvolver na disciplina de História a arte do encontro. Encontro de tempos (presente e passado), encontro de pessoas (professor e aluno), encontro de leituras (acerca do acontecido ou do que dizem ter acontecido). Nos encontros não há uma cisão, antes, uma articulação, uma tentativa de cooperação mútua que tenta chegar a um ponto comum. Encontros são momentos não só de conhecimento, mas também de autoconhecimento e de reconhecimento. As aulas de História são possibilidades de reconhecer a ação do homem e da mulher no decurso do tempo e, por isso, sempre se tratam de encontros. Aprender histórias de vidas, aprender sobre o que elas dizem, o que delas falam e o que delas representam se configura a arte de adquirir saberes e de viver encontros.

Se esquecer e se lembrar se trata de práticas necessárias para que se possa aprender (DELEUZE, 2009), implica dizer que se aprende quando se recriam ou se representam na memória os conteúdos. Um ensino que apenas dispõe de apresentar fatos históricos em uma linha de tempo sem uma devida fruição, trata-se, tão somente, de um ensino que tenta reduzir a história a uma disciplina que repete o que dizem do passado, como se não conseguíssemos pisar nossos pés no que se foi, porque é distante demais e, principalmente, desconectado do que vivemos.

Contudo, ela é mais que isso; a História ensina a refletir, a pensar, a prospectar os encontros das razões e dos porquês das coisas, exercitando a criticidade e permite esse caminho da construção do saber. Logo, aprender História é a arte da reflexão entre o acontecido e o representado. É a arte da confrontação. É a prática contínua da checagem das fontes. É compreender, mais do que, meramente, decorar algo.

O professor da disciplina de História desenvolve em sala de aula estratégias que possibilitem os encontros para uma aprendizagem significativa ser

efetivada pelos métodos da comparação, reflexão e argumentação. Desse modo, a disciplina de História pode se tornar instigante, desafiadora e obediente aos passos de uma metodologia que prime por uma responsabilidade investigativa. Assim, nos importa compreender o ensino de História não como apresentar definições prontas, mas como a recriação dos fatos acontecidos, através de narrativas oriundas da pesquisa. Isto é, interessa à História e ao ensino de História refletir sobre como o acontecido é interpretado em cada presente, à luz de métodos científicos e à luz da didática.

Provocar encontros entre tempos, entre o acontecido e as representações que dele se faz, provocar encontros entre pesquisa e ensino permite oportunizar uma aprendizagem criativa e possível, ilustrada por métodos eficientes de aprendizagem questionadora. É no cerne dessa arte de ensinar a História como um verdadeiro encontro que chegamos à nossa última subseção. Nela, visamos compreender dois pontos: o que os docentes da disciplina de História de três escolas municipais da Educação Básica de Mossoró compreendem a respeito da História Local com ênfase no espetáculo Chuva de Bala no País de Mossoró; e, posteriormente, perceberemos cinco pontos da cidade de Mossoró que remetem à história narrada por esse espetáculo e como estes pontos podem servir para o ensino.

## **Reflexos das possibilidades de ensino a partir da visão docente com ênfase no Chuva de Bala no País de Mossoró**

Uma frase motivou toda a discussão que resultou nesta subseção: “[...] o professor tem que entender a educação como o historiador tem que entender a história” (RÜSEN, 2011, p. 27). Não adiantaríamos termos discutido toda a relevância que a História Local tem, a história de Mossoró e o espetáculo se não culminássemos no que o professor entende, no que o professor faz. É por meio do que o professor entende e leva à prática que os alunos desenvolverão, melhor, essa consciência história de que também tratamos em nossas discussões, compreendendo o passado e adentrando o “[...] tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança” (RÜSEN, 2011, p. 57). Esse nos parece ser o verdadeiro papel da história, como um todo, e, principalmente, do seu ensino. Ferreira e Silveira (2020, p. 02) abordam que:

[...] o ensino desse saber tão múltiplo que é a História, deve se pautar à condução e formação de uma consciência histórica daqueles

que são os seus aprendizes e, também, deve partir de questionamentos do presente. No entanto, compreendemos também que esta não é uma tarefa fácil, nem tampouco possível de ser realizada sem que haja profissionais bem-intencionados e capacitados para conduzir este ensino.

O ensino de história pode estar ampliando toda essa consciência histórica e acreditamos ser possível essa materialização na perspectiva da História Local. Partimos, também, de uma visão de que “[...] quem ama conhece e quem conhece ama, ou seja, somente quando as crianças conhecem a história da sua cidade, podem amar, cuidar e num futuro próximo poderão atuar e vivenciá-la de forma mais ativa” (FERREIRA; SILVEIRA, 2020, p. 02). Como os alunos irão entender essa história de Mossoró? Quando os docentes proporcionarem essa experiência de conhecimento. Quando os docentes levarão esses saberes para reflexão em suas aulas? Quando compreenderem a necessidade de fazê-lo. É neste intuito que buscamos, através da realidade de três escolas do município, percebemos a visão docente a respeito da História Local, tendo retorno de três profissionais.

Iniciamos essa discussão pela análise do perfil docente, que englobou: sexo, idade, nível de formação, área de formação, área de formação, complemento sobre a formação, tempo de docência e nível de ensino em que atua. É necessário frisar que a pesquisa teve como amostra um professor de cada escola em que foi realizada a análise do PPP (Projeto Político Pedagógico). Em relação a essa análise, que se tornou um dos critérios para a escolha dos colaboradores da pesquisa, percebemos os dois pontos que poderiam oportunizar o trabalho da História Local, que se trata de: a) saber se situar no tempo histórico e nos espaços geográficos; e b) mostrar a realidade passada e presente na sua diversidade, na construção e reconstrução de fatos e personagens marcantes a cada época, levando o aluno a refletir e interpretar a importância, preservação da história para cada geração, como também respeitar e valorizar as relações étnico-raciais e a cultura Afro-Brasileira e Africana.

Retomamos essas duas possíveis abordagens para verificarmos, nos questionários, se existe relação entre o que é abordado no PPP com a realidade da prática docente em sala de aula. De forma geral a respeito desse perfil, sabemos que, no que se refere à identificação dos professores, na amostra, tivemos 66,7% composto pelo sexo feminino e 33,3% do sexo masculino que apresentam uma faixa etária entre 31 a 40 anos e também acima de 50 anos. Em se tratando da formação, todos esses professores têm como formação inicial a Licenciatura em História. Dois apresentam pós-graduação em nível de especialização e outro

apresenta um mestrado em andamento na área de educação. Essa realidade, em si, é bastante animadora, sobretudo, pelos inúmeros casos em que nos deparamos com professores que atuam e não estão formados naquela área.

Basta que pensemos nos percentuais de disciplinas ministradas por professores com formação superior na mesma disciplina que leciona. No caso de Mossoró, pela análise do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do ano de 2015, das doze escolas analisadas na cidade de Mossoró, apenas 47% dos professores têm formação na área em que atua. Além dessa necessidade de formação, sobretudo, quando pensamos nos professores, vemos, também, como ponto positivo, essa formação continuada que os três apresentam. Silva (1991, p. 03), quando abordando a discussão sobre o que um professor necessita fazer após formado e atuando em sala, aconselha:

Atualize-se, atualize-se, atualize-se... – esta repetição é intencional e pretende apagar da sua consciência algum possível resquício de desejo de acomodação. A chamada “educação permanente” é fundamental para todos os indivíduos e mais fundamental ainda para os educadores. Além de uma dedicação maior à literatura de sua área específica de atuação, procure acompanhar e inter-relacionar os dados provindos de outros campos do conhecimento, principalmente história, política e economia. É o conhecimento da totalidade do real que aumenta o seu poder de julgamento e decisão. E os maiores beneficiados serão você mesmo e os seus alunos.

Precisamos – e isso é imperativo – mantermo-nos atualizados, prosseguirmos em nossa formação e entendermos que, sobretudo, o ensino de História não se trata de um passado solto, mas que necessita ser contextualizado com esse presente: “[...] é nosso dever – professores – pensar um pouco mais para onde estamos indo e levando conosco nossos estudantes” (CLEBESCH, 2007, p. 01). Algo marcante nos questionários, em relação à formação, e corrobora com essa perspectiva que compreendemos foi a resposta de um professor em que enfatiza que: “o ensino de história nos faz entender variados processos históricos, levando a uma perspectiva que abrange no mundo de conhecimentos ao longo do tempo”. Ainda, dois professores já estão em exercício docente entre 5 (cinco) a 10 (dez) anos e outro acima de 20 anos, especificamente no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), sendo esse um dos critérios para que a análise se desdobra na educação básica.

Passando agora para a segunda parte do nosso questionário, investigamos a visão docente sobre o espetáculo e a História Local, em si. A primeira pergunta

que realizamos foi: “O que você entende por História Local?”. Acreditamos que as respostas seriam mais completas, entretanto, obtivemos três compreensões diferentes e um pouco simplistas do que, de fato, seria a História Local. O participante 1, abordou que entende a História Local como a evolução de nossa localidade, cidade, sítio, bairro, como foi o início e o desenvolvimento da região em que habitamos. O segundo, por sua vez, trata serem acontecimentos bastante significativos na construção de saberes de um povo que representa práticas culturais dedicadas à memória da sociedade local, buscando o resgate da história. O terceiro, por sua vez, percebe enquanto um ramo da história que se dedica a uma localidade específica e delimitada.

Percebemos, dessa forma, que a compreensão acerca da História Local está distribuída em três dimensões: a primeira, se trata da evolução, como sendo um fator mais estético; na segunda, percebemos que a História Local é compreendida em se tratando de acontecimentos; e a terceira, por sua vez, está posta como um dos ramos da História. O que sentimos falta em relação a essa construção se trata da percepção da História Local associada à memória coletiva, à identidade, à construção do povo e às formas de pensar e vivenciar essa história, ou seja, a identificação. Pensamos, certamente, a especificidade dessa História Local, mas, sobretudo, suas possibilidades de expansão.

De acordo com Tamanini, Soares e Oliveira (2020, p. 406) “[...] a historiografia local observa, no entanto, as demarcações como fatores em que novas socializações são mensuradas, estudadas, equiparadas. São palcos de vivências”. E, ainda, a História Local foi valorizada também como estudo do meio, ou seja, “[...] como recurso pedagógico privilegiado [...] que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte”, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 9). Percebemos que essas definições propõem uma melhor compreensão da História Local, permitindo, assim, que o sujeito se perceba como sendo parte integrante da História, não simples espectador do ensino desta, mas, objeto e sujeito, construtor de fatos e acontecimentos que não são, necessariamente, lineares, mas permeados de discontinuidades próprias do processo histórico.

A segunda questão foi: “você acredita ser importante trabalhar a História Local nas aulas?”. Todos os respondentes afirmaram acreditar nessa importância. Evidenciamos, aqui, que, mais do que importante, é necessário. Essa necessidade não se trata somente de achismos. As diretrizes existentes para o ensino apregoam uma formação completa do indivíduo e isso se dará, também, nas possibili-

dades que a História Local traz. Basta, por exemplo, que olhemos as referências presentes nas diretrizes voltadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental que, conforme a BNCC anuncia:

É importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos [...]. Nesse período, o desenvolvimento da capacidade de observação e de compreensão dos componentes da paisagem contribui para a articulação do espaço vivido com o tempo vivido. O vivido é aqui considerado como espaço biográfico, que se relaciona com as experiências dos alunos em seus lugares de vivência (BRASIL, 2018, p. 353).

Nesse sentido, a BNCC aborda que o estudo da História Local pode estar contribuindo para uma compreensão múltipla da história, em si, em dois sentidos: na possibilidade de termos um eixo histórico baseado na proximidade e na relação da identidade dos estudantes que, agora, poderão analisar micro-histórias e relacioná-las a alguma outra história que as engloba e, ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades. Tratamos, ainda, que a História Local é importante e a sua chegada na escola se dá pela mediação didática do professor, por isso, é fundamental que ele compreenda a importância que esse ensino tem.

Ferreira e Silveira (2020, p. 05) abordam que para que as competências e habilidades postas pela BNCC sejam trabalhadas é necessário que exista “[...] a mediação didática realizada por parte do professor de história, uma vez que este ofício demanda um alinhamento entre as concepções do saber historiográfico e as proposições político educacionais”. É pelo professor que essa história será levada e ele precisa compreender que ensinar sobre a História Local é, na verdade, oportunizar ao aluno a busca por um passado ainda pulsante nas comunidades, que valorize o conhecimento popular que o próprio educando já tem, gerando compreensão acerca das tradições, dos registros e, até mesmo, das lendas locais, além de valorizar o indivíduo e fortalecer sua autoestima.

Nosso próximo questionamento se deu sobre como esse professor faz/faria uso da História Local em suas aulas. O primeiro professor respondeu que sempre faz uma ponte entre o conteúdo ministrado e a história de Mossoró. O segundo, por sua vez, tratou de promover o pensamento crítico do aluno através de reflexões sobre os fatos históricos, estimulando a pesquisa e a elaboração de análise e interpretação. Ainda apontou suas metodologias, quais sejam: “[...] realizamos debates, dramatizações, júri popular com apresentações dos personagens”. O terceiro, por sua vez, afirmou fazer pouco uso e faz visitas ao museu

para contar um pouco dessa história de Mossoró. Refletindo sobre esses posicionamentos, percebemos que os professores tentam abordar a história local, porém, nem sempre sabem como fazer isso.

Fazendo uma ligação destas respostas com a visão que imprimimos sobre os PCN (1997) e a BNCC (2018), notamos que os documentos abordam a possibilidade e a necessidade da inserção dessa História Local no processo de ensino de história na educação básica, entretanto, não são apresentados muitos pontos sobre a sua aplicabilidade. Como o professor levará essa temática para a sua sala de aula? Qual metodologia deverão adotar? São inquietações que, ao menos, deveriam estar minimamente prescritas. Certamente, cada professor tem sua didática, mas é necessário que existam orientações que não se limitem à teoria, às normas, mas que alcancem a prática desse professor. Além disso, esse ensino não pode ser dado somente nos anos iniciais, visto que os livros didáticos parecem distanciar-se dessa História Local. É necessário que se caminhe para os ciclos subsequentes, de forma que não se distancie da dinâmica da identificação e do pertencimento.

Esse trabalho com a História Local deve estar sempre articulando essa construção de problematização, de forma que favoreça recuperar as experiências – sejam estas individuais ou coletivas – do aluno. Os alunos precisam compreender que as suas próprias experiências também são constitutivas de uma realidade maior. Não existe uma fórmula considerada correta para desenvolver esse ensino da História Local, apesar disso, sabemos algo que nos parece certo: a escola é potencial promotora dessa História Local, e atua enquanto um eixo primordial para os conhecimentos históricos serem construídos/problematizados. Ainda sobre a forma de se trabalhar essa História Local nas escolas, evidenciamos que existem possibilidades para além das que são dispostas nos materiais didáticos.

Samuel (1989, p. 229) aborda que “[...] ao invés de considerar a localidade por si mesma como objeto de pesquisa, o historiador poderá escolher como ponto de partida algum elemento da vida que seja, por si só, limitado, tanto em tempo como em espaço, mas usado como uma janela para o mundo”. Podemos, ainda, sobre as possibilidades desse ensino, inferir algumas considerações com base em Mendes (2004) e Schmidt (2001): é possível levarmos às salas de aula não apenas os acontecimentos, mas os atores desses acontecimentos, os lugares que esses alunos conhecem e buscamos realizar aproximações com a realidade contextual destes. É nesse sentido que o aluno pode estar percebendo a relação dialética existente entre o passado e o presente.

Ainda tratamos que, para além de uma análise feita inteiramente com base no discurso oficial, podemos estar trabalhando temáticas que considerem outras vozes que não adentram esse discurso, oportunizando, ao aluno, uma construção de conhecimento mais crítico da sua realidade. Devemos, também, abandonar essa ideia de que a história é completamente linear, e adentrarmos em uma história que ocorre de forma muito mais processual. Enquanto professores, é importante privilegiarmos “[...] a análise da experiência humana e a compreensão das permanências e das mudanças ou transformações que ocorreram na sociedade ao longo do tempo. A superação de uma história fragmentada em fatos isolados, substituída pela apreensão na sua totalidade” (GAMBIM; GONÇALVES, 2016, p. 04).

O próximo questionamento foi básico: “você já assistiu ao espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró?*”. Essa questão nos serviu, somente, como base para o último questionamento, que se direciona à aplicação desse espetáculo nas aulas desses professores. Em seguida, questionamos se esses professores já trabalhavam algo sobre a cidade de Mossoró em suas aulas. Todos os professores responderam já ter trabalhado. Depois, para o caso de respostas afirmativas, solicitamos que informassem o que, necessariamente, haviam trabalhado. Nessa questão, tivemos em vista saber se eles remeteriam aos locais ou aos eventos da cidade e, também, se mencionaram a narrativa do espetáculo em estudo.

O primeiro respondente evidenciou: “já trabalhei a resistência da cidade de Mossoró ao ataque do Bando de Lampião”. O segundo, por sua vez, abordou ter usado diversos pontos: o julgamento de Lampião na cidade de Mossoró, pesquisas e apresentações sobre a libertação dos escravos, o motim das mulheres e o voto de Celina. O terceiro, em seu lado, respondeu ter trabalhado a resistência mossoroense e, também, o voto feminino. Vemos, portanto, que todos trabalharam, de algum modo, a narrativa desse espetáculo. Neste sentido, percebemos que o assunto abordado é comum porque é, também, parte da memória e da identidade desses docentes e isso transcende em seus ensinamentos:

A construção de identidades pessoais e sociais está relacionada à memória, já que tanto no plano individual quanto no coletivo ela permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores. Os indivíduos, assim como as sociedades, procuram preservar o passado como um guia que serve de orientação para enfrentar as incertezas do presente e do futuro (GAMBIM; GONÇALVES, 2016, p. 05).

Percebemos que não é somente o acontecimento que está envolvido, mas as tradições, as percepções dos professores e o que o alunado já conhece. Além disso, percebemos que esse ensino da História Local não está em uma perspectiva individualista, mas, sobretudo, na “[...] coletividade, apresentando as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima. Assim, possibilita a compreensão do entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência” (GAMBIM; GONÇALVES, 2016, p. 04).

Tecida essa discussão, também tentamos descobrir como se dá o papel da escola, em si, e não somente do docente, no estímulo desse trabalho da História Local. Para isso, perguntamos aos docentes: “a equipe escolar, no momento do planejamento, aborda aspectos da História Local?”. Todos os docentes responderam positivamente a esse questionamento. Após, perguntamos se esse professor acredita que, de fato, a História Local deve estar integrando o currículo dessa disciplina, para a qual, também, recebemos respostas inteiramente positivas. Percebamos abaixo a visão de Silva (2000, p. 92) a respeito dessa integralização curricular:

No campo do ensino de História, ou melhor, na ação de ensinar a história nas salas de aula, estas novas problemáticas, correntes historiográficas e discussões, que permeiam os ambientes acadêmicos, as revistas e os congressos, ainda se encontram distantes e ausentes dos enxutos e engessados currículos escolares, materiais didáticos e projetos pedagógicos, que se limitam a falar sobre identidades, diferenças, cidadanias, mas não buscam problematizar esses conceitos e relacioná-los com as experiências históricas dos indivíduos. De maneira geral, a pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e as/os jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença.

Os currículos devem estar trabalhando a educação integralmente, como discutimos anteriormente. Neste sentido, é de fundamental importância que a História Local esteja contida nos currículos, que as escolas, de forma geral, estimulem esses professores e corroborem para o trabalho deles. Rüssen (2011, p. 33), problematiza a questão da mediação do professor quando do ensino dessa História Local, mostrando que nem sempre existe a formação necessária, há desconhecimento por parte do docente da própria história desse local e “[...] deveria ficar claro que, desde que o público não pode digerir a produção de um discipli-

na profissional altamente especializada da história profissional sem mediação, existe uma necessidade definitiva de pessoal treinado e disposto a cumprir esta mediação”. E, como sabemos, nem sempre as habilidades que os docentes têm são, de fato, suficientes para que esse ensino se concretize em suas aulas.

Ainda percebemos que esse ensino dialoga diretamente com o que o professor aprende sobre essa história, principalmente porque “[...] ao agir no mundo o homem precisa interpretá-lo, não como um dado puro, mas à luz de suas memórias e experiências”. Esse ensino deve se dar, portanto, como um diálogo que produza sentido, e, também, que valorize “[...] uma história que retorna à sociedade como forma de orientação, regulada metodicamente, e que partiu dela, das necessidades que as pessoas têm de agir no mundo, num processo constante de interpretação” (CERRI, 2012, p. 1001). Ao propormos esse ensino, não falamos somente da localidade e si, mas de diálogos interdisciplinares, que envolvem desde os aspectos sociais, até os políticos e econômicos que fazem parte do cotidiano desses alunos. De acordo com Rüsen (2010, p. 107):

[...] a apropriação da história ‘objetiva’ pelo aprendizado histórico é, pois, uma flexibilização (narrativa) das condições temporais das circunstâncias presentes da vida. Seu ponto de partida são as histórias que integram culturalmente a própria realidade social dessas circunstâncias. O sujeito não se constituiria somente se aprendesse a história objetiva. Ele nem precisa disso, pois já está constituído nela previamente (concretamente: todo sujeito nasce na história e cresce nela). O que o sujeito precisa é assenhorar-se de si a partir dela. Ele necessita, por uma apropriação mais ou menos consciente dessa história, construir sua subjetividade e torná-la a forma de sua identidade histórica. Em outras palavras: precisa aprendê-la, ou seja, aprender a si mesmo.

É nesse contexto de entendermos que o professor precisa promover o encontro do aluno com a sua própria história, que adentramos à nossa última face-ta de investigação. A relação de toda essa prática docente a respeito da História Local com ênfase no espetáculo que investigamos. Para conhecê-lo, solicitamos aos docentes: “relate como você abordaria o espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* em uma aula. Vejamos, separadamente, as abordagens respondidas pelos professores. O primeiro mencionou: “abrindo uma discussão sobre o que é fato e o que é licença poética no espetáculo, refletindo os pontos comuns entre a Mossoró de 1927 e a Mossoró de hoje”. Esse sentido de aplicação corrobora, em muito, com o discutido na seção anterior dessa investigação, em que o espetácu-

lo deve ser trabalhado muito além do seu aspecto artístico, invadindo as escalas políticas, sociais e econômicas que, conjuntamente, perfazem a História Local dessa cidade.

O segundo professor respondeu que suas ações partem do planejamento geral da equipe escolar, seguindo a um calendário específico. Ainda complementa: “[...] teve ano que a escola apresentou o *Chuva de Bala no País de Mossoró* na abertura com o famoso xaxado. Outro ano que trouxe toda a trajetória do bando quando invadiu nossa cidade Mossoró por meio de textos”. Percebemos que, seja pela música, como aborda Reily (2014) ou pela construção narrativa, uma história pode ser configurada. Preocupamo-nos, nesse sentido, somente no fato dessa História Local estar, aparentemente, sendo trabalhada de forma folclórica, eventual, transversal. Apesar disso, ainda vemos neste trabalho um trabalho de relevância que, certamente, poderá ser adotado pelo professor quando em consonância com a equipe pedagógica.

Por fim, o terceiro professor, quando questionado, evidenciou: “trabalhando no contexto do Brasil República para as turmas de nonos anos, a importância do fato para a História Local, trazendo toda uma análise reflexiva sobre o coronelismo e o cangaço”. Vemos que esse professor aborda no sentido de Japiassu (1994) e Fazenda (1994) a respeito da necessidade interdisciplinar de discussão dessas temáticas. Certamente, trabalhando essa História Local e, especificamente, o espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* em uma perspectiva interdisciplinar, adentraremos outros pontos da História Local da cidade, ao passo em que tantas outras questões da História Geral podem adentrar a discussão e formar/fortalecer a identidade e a memória.

Bezerra (2012, p. 22) aborda que as memórias são, para nós, consistentes, no momento em que são apresentadas as peculiaridades dos acontecimentos/conteúdos/ações/histórias. Estamos, pois, “[...] propensos a melhor guardar lembranças que já nos remetam a um referente conhecida, o suporte da associação faz a marca mais consistente, durável”. Para seguirmos nessa linha da construção do autor, pensemos no que ele relata sobre a memória para os demais acontecimentos marcantes da cidade, além da expulsão do bando de Lampião, em relação a este último:

No caso da memória mossoroense não é diferente. Em 1875 uma marcha foi realizada por trezentas mulheres nas ruas de Mossoró, em protesto contra o alistamento militar obrigatório. As mulheres fizeram o escrivão de refém em praça pública e rasgaram o livro de registro que recrutaria os homens mossoroenses para a Guerra do Paraguai. Mossoró também se diz a primeira cidade a libertar

os escravos, cinco anos antes da lei Áurea. Embora o Motim das Mulheres e a libertação antecipada dos escravos sejam memórias preservadas que hoje identificam culturalmente a sociedade mossoroense, esse processo não se deu tão rápido nem tão intenso quanto a resistência ao bando de Lampião por uma questão principalmente identitária (BEZERRA, 2012, p. 22-23).

Vemos, dessa forma, que a história contada nesse espetáculo pode servir como ponte para a discussão de muitas outras coisas que perfazem a História Local, sobretudo, porque os membros conseguem fazer uma associação maior dessa história à sua própria história. O autor também aborda que esse caráter “[...] pessoal e familiar das memórias, que parece ser uma marca muito mais sutil do que os suportes públicos da memória, vão se fazer presentes diretamente no momento em que a lembrança for buscada, possuindo interferência direta na própria verdade da lembrança” (BEZERRA, 2012, p. 23). Percebemos, assim, que a memória – que é oficial e coletiva – é, também, pessoal e familiar, porque se constrói nas lembranças que, neste caso, são constantemente rememoradas por meio do espetáculo.

Podemos acrescentar, ainda, que o espetáculo pode servir como forma de ampliar a orientação desse estudante no tempo. A História Local se mostra – principalmente por meio desse espetáculo – como uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico “[...] com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 139). Percebemos, então, que as abordagens que o espetáculo pode tomar em sala de aula não estão se referindo, exclusivamente, aos formatos de questionamentos locais e regionais, ou mesmo, de uma relação puramente direcionada ao espaço-tempo, mas sim, interdisciplinarmente, privilegiando as relações sociais e, acima de tudo, o sentimento de pertença, de cidadania e, por fim, de construção da identidade.

## **Análise dos pontos da cidade de Mossoró que remetem à sua história**

Percebendo todo o potencial de ensino da História Local por meio do espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*, buscamos, na cidade, pontos que também contam essa história e podem ser utilizados para o seu ensino. O espaço é extremamente válido. De acordo com Tamanini (2000, p. 49-50),

O espaço é também aquele que age sobre os sujeitos, que causa mudanças na sua formação, que afeta tanto quanto é afetado. É aquele que soa a própria dinâmica da transformação das múltiplas vivências, que forma e transforma a constituição dados povos. Assim, observamos que os espaços são carregados de histórias, de trajetórias e marcas nelas deixadas, ou seja, as relações espaciais implicam também relações históricas que constitui povos e regiões, relações abertas, em processo de construção, nunca concluídas.

Podemos pensar na cidade com base em Venturini (2009, p. 73), segundo o qual, se vê “[...] como um texto que se dá a ler, apresentando-se, às vezes, como uma página em branco, e em outras, como uma página preenchida, que enca-minha para a saturação, pelo efeito de evidência e de homogeneidade”. Dessa forma, a cidade pode ser, em si, a própria fonte de contar essa história. Em se tratando, especificamente, de Mossoró e da narrativa do Chuva de Bala, vemos muitos pontos que contam essa história. É a cidade da liberdade, da resistência e reconhecida por, frequentemente, rememorar essas histórias que atuam na mobilização do imaginário coletivo. A esse respeito, o autor também imprime seu posicionamento:

A rememoração fornece ao domínio da atualidade os vestígios de um passado que retorna como recordação e, de outro, legitima a interpretação desses vestígios pelos valores sociais do presente. Sua função é instaurar e sustentar a comemoração e os discursos que a materializam. Nesse movimento, conjuga representação-interpretção e o devir, podendo ser vista, ao mesmo tempo, como gesto de recordação, de atualização e de prospecção, recobrando o passado, como tempo ideal, o presente como o paradigma para a interpretação do passado, e o futuro, como um devir, que se constitui pelo que é comemorado no espaço das cidades (VENTURINI, 2009, p. 74).

Esse passado histórico da cidade de Mossoró está inscrito na identidade urbana e extremamente ligado às práticas discursivas e fotográficas. Separamos cinco imagens para apresentar esse pensamento. Mauad (1996, p. 73), a respeito do uso dessas imagens para reforçar fatos históricos, mostra que “[...] o caráter de prova irrefutável do que realmente aconteceu, atribuído à imagem fotográfica pelo pensamento da época, transformou-a num duplo da realidade, num espelho, cuja magia estava em perenizar a imagem que refletia”. A imagem está ali presente, cumprindo a sua função de enunciar, de contar e de integrar um discurso que,

por vezes, é apresentado na perspectiva dos interesses daquela época. O autor ainda complementa:

[...] entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver. A fotografia – para além da sua gênese automática, ultrapassando a ideia de análogo da realidade – é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica (MAUAD, 1996, p. 75).

Essa visão é interessante, porque entendemos que as imagens que circulam atendem aos interesses determinados e estão ligadas, sobretudo, à memória e a história. Conforme Silva e Tavares (2009, p. 24) “[...] a prática de utilização de imagens para produzir o efeito de identidade remonta a cidade como resistente e libertária, ao retomar acontecimentos do passado tidos como atos heroicos”. Dessa forma, a prática de recorrer aos espaços – e das imagens – na cidade pode estar despertando esse imaginário social e fixando a memória dessa população conforme os discursos que queiram imprimir. Por meio disso, “[...] o passado é revivido no presente e no espaço da cidade a memória é materializada como História” (SILVA; TAVARES, 2009, p. 24). Os autores também inferem que:

No caso das imagens que discursivizam à cidade de Mossoró, as imagens são uma montagem que atendem aos interesses de uma certa história, aquela da construção de uma identidade resistente e libertária para o seu povo. Devemos encarar a imagem por um prisma particular que seria prestar atenção à maneira como uma imagem concreta é uma produção cultural, ou seja, levar em consideração sua eficácia simbólica. Toda imagem é o símbolo de um conjunto de fatores sócio-históricos de traços que deixa entrever as relações de forças e as determinações de sentidos que daí emana (SILVA; TAVARES, 2009, p. 25).

O primeiro ponto que visualizamos uma imagem se trata do Rebouças Supermercado, localizado na Avenida Alberto Maranhão, 2535, no centro da cidade de Mossoró. A imagem (figura 13) disposta no supermercado se trata da apresentação do próprio espetáculo Chuva de Bala no País de Mossoró. Vemos, na imagem, Lampião, ao centro, mantendo-se em um posicionamento de poder, enquanto, ao seu redor, estão os que conduzem a dança desse espetáculo.

Figura 13 – Representação no Rebouças Supermercado



Fonte: Registro da autora (2020).

A próxima imagem que trazemos (figura 14), também se trata de um supermercado. Desta feita, o Queiroz Atacadão, que, por sua vez, se localiza na Avenida Jerônimo Dix-Neuf Rosado, 468, Paredões, Mossoró. Essa imagem traz muitas outras visões que, somente, a resistência: traz o próprio Lampião; um símbolo da extração de Petróleo; o sal; o melão; e os trabalhadores da fruticultura. Estas são, também, marcas reconhecidas da cidade.

Figura 14 – Representação no Queiroz Atacadão



Fonte: Registro da autora (2020).

Em seguida, encontramos outra representação, desta vez, no Hotel Sabino Palace, situado na Avenida Presidente Dutra, 1744, Alto de São Manoel, Mossoró. Na imagem, vemos a representação de Lampião, Rodolfo Fernandes e Sabino, personagens retratados no espetáculo.

Figura 15 – Representação no Hotel Sabino Palace



Fonte: Registro da autora (2020).

A próxima imagem se trata do Restaurante Arte da Terra, localizado na Rua General Péricles, 151, Ilha de Santa Luzia, Mossoró. Vemos nessa figura 16 a representação de Maria Bonita e Lampião. Outro ponto da cidade que aborda a narrativa estudada nesta pesquisa.

Figura 16 – Representação no Restaurante Arte da Terra



Fonte: Registro da autora (2020).

Por fim, trazemos um dos pontos da cidade que melhor conta a história narrada no espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*: o Memorial da Resistência, localizado na Avenida Rio Branco, Doze Anos, Mossoró

Figura 17 – Memorial da Resistência



Fonte: Registro da autora (2020).

Esse ponto, especificamente, traz todo um equipamento para a exposição da narrativa. Esse Memorial da Resistência é parte do que se conhece por Corredor Cultural da cidade mossoroense, que atua em conjunto com demais prédios temáticos, no caso, a Estação das Artes Eliseu Ventania, o Teatro Municipal Dix-Huit Rosado e a Praça da Criança. De acordo com Bezerra (2014, p. 38) “[...] hoje, não é difícil observar a naturalidade com a qual há essa identidade cultural no dia-a-dia dos indivíduos”. Vejamos a visão de Falcão (2011, p. 102-103) sobre esse Memorial da Resistência:

Após oitenta anos da invasão, o poder público municipal de Mossoró se empenhou na construção de um espaço que contemplasse os acontecimentos de 13 de junho de 1927. Surgia uma proposta de construção de um memorial que, além de ser um monumento comemorativo, promovesse a circulação da memória sobre a resistência mossoroense aos cangaceiros liderados por Lampião. Para isso, a construção do memorial foi articulada dentro de um projeto de urbanização que a Prefeitura de Mossoró estava empreendendo no centro da cidade. O projeto contemplava os interesses do mercado de eventos e do turismo. Dessa forma, a organização e a estruturação do projeto do memorial da resistência deveriam ser adaptadas ao perfil em que as autoridades políticas locais pensavam a respeito do tratamento que deveria ser dado aos docu-

mentos relacionados à resistência aos cangaceiros, bem como as formas narrativas pelas quais apresentariam ao público os acontecimentos de junho de 1927. Foi com esse intuito que a Prefeitura de Mossoró resolveu construir um memorial que procurasse retratar a resistência ao bando de Lampião como um feito heroico.

Certamente, os aspectos abordados vão além da história comum: envolvem muitos interesses, como os políticos. Apesar disso, não deixa de ser um lugar para se explorar e problematizar a história da cidade de Mossoró. No Memorial da Resistência se conta uma história, que apresenta a cidade e toda a sua resistência ao bando de Lampião. Os acontecimentos são rememorados por meio dos seus banners e documentos devidamente expostos no painel. Falcão também tece uma crítica ao fato das imagens dos cangaceiros ocuparem, talvez até mais, espaço nas telas dispostas: “[...] em certo sentido, os resistentes ficam em segundo plano, pois os painéis apresentam mais as imagens dos cangaceiros do que dos resistentes. Os resistentes, por sinal, ficam restritos a um mural sem grandes proporções e com pouca iluminação” (FALCÃO, 2011, p. 117).

De toda maneira, percebemos que esses pontos de Mossoró também contam uma história e essa história precisa ser problematizada para a identidade ser fortalecida, as memórias sejam criadas e/ou mantidas e a História não pareça uma disciplina desestimulante por ser distante da realidade do aluno. A História Local precisa estar inserida não somente teoricamente nas instituições escolares, mas precisa acontecer de forma prática. O aluno precisa articular seu pensamento com base naquilo que lhe é conhecido e conhecer o desconhecido por meio de um espaço que – bem sabemos – também é seu. O espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* não traz apenas a história de expulsão de um bando, mas traz a possibilidade de resgate das vozes silenciadas, das margens para tantos outros debates sociais e, principalmente, da construção do sentimento de pertença. Resistamos!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da escrita deste livro, percorremos muitas vertentes do ensino da História Local. Iniciamos, questionando a forma na qual o espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* contribui com o Ensino de História Local em Mossoró. Discutimos, ao longo do texto, a resposta para essa questão e entendemos que as abordagens que esse espetáculo pode estar tomando em sala de aula não referem-se, somente, aos aspectos locais e regionais, muito menos resumem-se a uma relação de espaço-tempo, mas vão, além disso: são abordagens interdisciplinares, que estão, neste sentido, privilegiando as relações sociais, despertando novos saberes, estimulando outras disciplinas e construindo/firmando o sentimento de pertença, de cidadania e de construção identitária.

O texto, construído em três principais seções, contemplou, inicialmente, um panorama acerca do ensino da História Local no Brasil. Discutimos nesta seção a importância de sabermos como, onde e em qual perspectiva o objeto de estudo que definimos está sendo abordado cientificamente. Verificamos toda uma discussão a respeito dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997 e a Base Nacional Comum Curricular (2018) para nos certificarmos de como essa História Local é proposta. Adentramos, ainda, nos debates sobre a interdisciplinaridade, evidenciando a necessidade de termos um currículo forte, interdisciplinar, completo, que não fragmente, mas que trabalhe a riqueza que é a história, como um todo, que não a perceba distante ou descontextualizada da realidade do aluno.

Realizamos, também, a análise de três Projetos Político-Pedagógicos de instituições da Educação Básica da cidade de Mossoró, junto a oito trabalhos acadêmicos, entre teses e dissertações, que debatiam a temática da História Local. Após analisadas essas pesquisas, consideramos que o nosso trabalho se diferenciava dos demais pela tentativa de imprimir a discussão da História Local, tanto na perspectiva teórica quanto na perspectiva metodológica, analisando os pontos da cidade, os espetáculos e como isso pode desenvolver questões de identidade e memória nos discentes, aprimorando o processo de ensino e aprendizagem. Denotamos que essa História precisa adentrar e remontar um saber que, embora pareça cristalizado, é mutável de interpretação, de impressão de novas visões e, por isso, necessita ser revisitado.

Na nossa segunda seção, abordamos as semelhanças e a enorme capacidade humana em criá-las, com base em Silva (2016). Debatesmos o porquê do

homem produzir o espetáculo e como este atua em contar e (re)contar o que foi visto ou pensado, atuando no exercício da linguagem e da humanidade. Nesse sentido, debatemos o espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró* em duas perspectivas: visto de dentro e visto de fora. Essa análise foi construída com base no texto do autor da peça, Gurgel (2017) e das cenas do espetáculo. Vimos que a história se mistura com a invenção nesse espetáculo, que foi escrita por pessoas que tinham uma relação direta – porque não dizemos, política – com a história e, por isso, encontramos parcialidades, dissidências, hiatos. Inferimos, com as nossas construções, como esse espetáculo se dá do lado de fora, vendo a fidedignidade do espetáculo com o texto original, que, conseqüentemente, preserva a história oficial contada.

Depois de percorrida toda essa trajetória, configuramos a escrita da nossa última seção: as discussões entre o espetáculo e a sala de aula em se tratando dessa História Local. Tratamos de uma educação que não só prepara para a vida, mas é a própria vida. Evidenciamos que o aluno carrega consigo suas próprias histórias e essa riqueza precisa ser valorizada em sala de aula, porque, como afirma Dewey (1976), há uma relação extremamente íntima – e necessária – entre o que configura a experiência real e a educação. A experiência se cruza e promove a educação. A educação estimula e proporciona a construção de experiências. Vimos também que a história não deve estar sendo resumida ao nível local, mas que devemos alçar uma compreensão da história maior a partir dessa história local.

Dividida em duas subseções, tratamos da invenção da tradição e da análise do discurso docente. Tentamos – e confiamos ter conseguido – demonstrar a exequibilidade do ensino da História Local de Mossoró por meio do espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*, mostrando que este, juntamente a vários outros fatos históricos, podem ser usados a favor de experiências de aprendizagem. Discutimos sobre Mossoró à luz de Rocha (2001), Carvalho (2012) e Costa (2011), versando não somente sobre o que é a cidade Mossoró e quando ela foi elevada a essa condição de cidade, mas o que a levou a receber essa marca de resistência e, curiosamente, ser chamada de um País... o país de Mossoró. Destacamos o caráter social e histórico, mas também político que as narrativas trazem.

Ainda perscrutamos a percepção docente por meio de um questionário. Neste, vimos que os professores conhecem a História Local, são orientados a trabalhá-la e o fazem, apesar de vermos alguns pontos que precisam ser expandidos, como a possibilidade de ir além do que ocorreu, entrando em caminhos novos

do convívio social e do exercício da memória. Posteriormente, e como forma de terminarmos essa dissertação – ou seria darmos um primeiro passo? –, verificamos os locais da cidade de Mossoró que trazem essa história contada no espetáculo. Depois de tecida essa análise, percebemos que a História Local precisa continuar acontecendo e permeando o ambiente escolar e que esse espetáculo é rico em significados, não representando, tão somente, uma história qualquer, mas trazendo possibilidades de exploração de muitos outros debates.

Apreendemos, conforme aborda os Parâmetros Curriculares Nacionais, que esse estudo da história local conduz “[...] aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço” (BRASIL, 1998, p. 52). Ainda vimos que essa proposta deve estar favorecendo o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e de identificação. Alçamos a compreensão de que essa mesma história local pode nos levar a profundas discussões sobre a memória, porque estão intimamente conectadas. Ouvimos histórias, contamos histórias, refletimos sobre as histórias, acreditamos em umas, duvidamos de outras, mas aquelas histórias se imprimem em nossa memória de forma que, ao momento em que tenhamos contato com ela, sabermos nos identificar ou nos diferenciar do que ali está sendo posto.

Com base em Montenegro (2001), Pollak (1992) e Halbwachs (1990), debatemos a memória e percebemos que a sua característica fundante se trata desse processo relativo que a realidade consegue provocar no sujeito. Vimos, ainda, que é necessário reforçarmos e valorizarmos a memória coletiva de forma que consigamos estar recuperando a história de vida individual e coletiva. A memória, mais do que um fenômeno particular, pode ser e deve ser entendida enquanto um constitutivo coletivo, social, efetivamente relacionado. Versamos também sobre o esquecimento da memória. É um verdadeiro filtro. Não conseguimos lembrar de tudo por a memória ser seletiva, e não são todas as coisas que ficam registradas. Em razão disso, muito se fala sobre a construção dessa memória, de forma que a cidade conta uma história em suas próprias ruas para que essa memória seja rememorada.

Por que é importante trazer à memória um acontecimento local que marcou a Historiografia do Nordeste e do Brasil? Entendemos que é importante por tratar da construção da identidade individual e coletiva de um lugar. Inferimos que o espetáculo, junto aos monumentos da cidade, conserva um discurso historiográfico e ativa uma memória de longo prazo, contada, dentro do que entendemos por ‘tradição’. As possibilidades de levar o espetáculo *Chuva de Bala no País*

*de Mossoró* enquanto uma forma de ensino da História Local são muitas e, certamente, não são tão simples, mas o que é a História senão um campo profícuo para o debate e a (des)construção?

Concluimos, pois, que o espetáculo precisa ser encarado pelos docentes como uma fonte de conhecimento para a construção de um saber histórico que leve à construção da memória coletiva, que direcione o fortalecimento da identidade e que promova, no aluno, o sentimento de pertencimento ao espaço que é seu, ressignificando o aprendizado de história, aproximando o que, para ele, foi tão descontextualizado, fragmentado e distante.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Ouvir e contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 196 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da História**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AMORIM, R. M.; Santos, A. M. **O ensino da História Local e Itinerários da Educação em Alagoas: diálogos possíveis**. Revista História & Ensino. v. 19, n. 1, 2013. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/14455>> Acesso em 22 jan. 2020.

ARAÚJO, F. M. L. **A história do e no Ceará: uma reflexão metodológica sobre os livros didáticos (1889 - 1940)**. Revista História & Ensino. v. 19, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/15301>> Acesso em 22 jan. 2020.

ARZANI, A. **A igreja matriz como monumentum paroquial da comunidade católica cambireense**. In: PELEGRINI, S. C. A.; RODRIGUES, J. P. P. (Org.). **História Regional & Patrimônio: prospecções didáticas e pedagógicas**. Maringá: CEAPAC/UEM-Editora Gráfica Massoni, 2011.

ARZANI, A. **Os desafios da valorização da Memória e História Local em Cambira (PR) a partir do estudo das interações sociais nos limites paroquiais**. Revista História & Ensino. v. 21, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/21677>> Acesso em 22 jan. 2020.

BARCA, I.; SOLÉ, G. **Educación histórica en Portugal: metas de aprendizaje en los primeros años de escolaridad**. Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado, v. 1, n. 15, p. 91-100, 2012.

BARROS, José D´ Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BAUER, C. **Apontamentos sobre a produção do conhecimento científico e a construção do conceito de historicidade**. História & Ensino, Londrina, v. 18, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2012.

BAUER, C. **Teoria da História: A Educação no Brasil**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCHI, M. A. **O tempo histórico no ensino fundamental**. Disponível em <[www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1317t.PDF](http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1317t.PDF)>. Acesso em 02 abril 2020.

BEZERRA, Z. L. D. **“Chuva de Bala no País de Mossoró”: a construção da memória coletiva e suas expressões culturais como parte da identidade histórica municipal**. Natal, 2014.

BIANCHEZZI, C.; Coelho, A. M.; Silva, D. C.; Souza, E. S. **Vestígios e Memórias: História Local e o Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Revista História & Ensino. v. 20, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/18551>> Acesso em 22 jan. 2020.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB**, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 10 jan. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros curriculares da educação**. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em 10 de jan. 2020.

CARVALHO, S. M. A. **Um lugar (in)existente: o País de Mossoró nas tramas da consciência histórica**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2012.

CEBULSKI, M. C. **Introdução à História do Teatro no Ocidente dos gregos aos nossos dias**. São Paulo: Editora Unicentro, 2012.

CERRI. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Clavatta, M. (coord.); Elisa Tavares Duarte [et al]. **Memória e temporalidades do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2007.

Clavatta, M.; Reis, R. R. (orgs.). **A pesquisa histórica em trabalho e educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

Clebesh, J. **Muito além do jardim**. 2007. Disponível em: [www.profissaomes-tre.com.br](http://www.profissaomes-tre.com.br) Acesso: 12 jun. 2021.

Costa, B. B. A. da. **“Mossoró não cabe num livro”: Luis da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense**. (Dissertação de Mestrado) Natal: UFRN, 2011.

Dantas, A. R. P.; Souza, F. C. S. **História local e formação da consciência histórica na educação básica**. In: Ensino na educação básica. Natal: IFRN, 2018. (Dantas, Souza, 2018).

Deleuze, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

Dewey, John. **Experiência e Educação**; trad. de Anísio Teixeira. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

Domingues, C. M. **O olhar de quem olha: cultura visual, arte e mediação na aula de história – o uso da imagem na construção do conhecimento histórico**. São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.ia.unesp.br/Home/Posgraduacao/Stricto-Artes/clauidomingues.pdf> Acesso em jun. 2020. “Econômico”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, n°43, 2002. pp. 195-224.

Falcão, M. L. **Jararaca**. Mossoró, RN. Edições UERN, 2013.

Fazenda, I. A. **Interdisciplinaridade: História, teoria e Pesquisa**. São Paulo: Papirus, 1994.

Ferreira, M. M.; Amado, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FVG, 1996.

Ferreira, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, v. 23, n. 79, p. 257–272, 2002.

Foucault, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Raimhete. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 161-258.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FREITAS, I. **Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, esquecer, lembrar**. São Paulo: Ed. 34, 1994.

GAMBIM, M. C.; GONÇALVES, N. G. **Compreensão da história local a partir da perspectiva da história social da criança**. Governo do Paraná. 2016.

GERMINARI, G.; BUCZENKO, G. **História local e identidade: um estudo de caso na perspectiva da Educação Histórica**. Revista História & Ensino. v. 18, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12593>> Acesso em 22 jan. 2020.

GIDALTE, L. X. **Diálogos entre a História Local e o Ensino Fundamental – 2º segmento: propostas de inserção curricular em Casimiro de Abreu/RJ**. Dissertação (PROFHISTORIA). São Gonçalo, 2018.

GOUBERT, P. História Local. In: **Revista Arrabaldes – Por uma História Democrática**. Rio de Janeiro, n. 1, maio/agosto, 1998.

GUIMARÃES, S. **Didática e prática de ensino de História**. 12. ed. Campinas/SP: Papirus, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**; tradução de Donaldson M. Garschagen. – 4ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JAPIASSU, H. **A questão da interdisciplinaridade**. Texto base da palestra proferida no Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 1994. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%-C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf>. Acesso em 10 jan. 2020.

LARROSA, J. B. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação, jan/fev/mar/abr, nº 19, 2002.

LARROSA, J. B. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação, 2002, p. 11-22.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

LIMA, S. R. **História e Memória: pesquisa-ação-participativa no ensino da História Local**. Revista História & Ensino. v. 21, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/20409>> Acesso em 22 jan. 2020.

LITZ, V. G. **O uso da imagem no ensino de história**. 1 ed. Curitiba, 2009.

MARQUES, G.; BARROSO, A.; PEREIRA, ANA C.; MATOS, C. J.; MACHADO, FILIPA; PEREIRA, M. **Estratégias de ensino da História e dos Estudos Sociais no 1º ciclo do Ensino Básico**; Revista História & Ensino. v. 19, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/15391>> Acesso em 22 jan. 2020.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª edição São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC - ABRASCO, 1996.

NEVES, C. **Formação de professores da educação básica e pós-graduação: A interdisciplinaridade necessária**. In: PHILIPP JR., Arlindo; FERNANDES, Valdir (org.). Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa. Barueri. SP: Manole, 2015.

NIKITIUK, Sônia L (org.). **Repensando o ensino de história**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, R. F. S. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, projeto História, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, Separar, Mostrar – memória e escrita da História no Museu do Ceará (1932-1976)**. – Fortaleza: UFC, 2008.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESOVENTO, A.; RODRIGUES, D. P.; HELL, J. K. P. **O ensino de História e o protagonismo discente: desafios na Amazônia Rondoniense.** Revista História & Ensino. v. 22, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23695>> Acesso em 22 jan. 2020.

PINSKY, C B.; PINSKY, J. **Por uma História prazerosa e consequente.** In.: KARNAL, L. (Org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

QUADROS, C. de. **A Relevância da didática para uma epistemologia da história.** In: MONTEIRO, A. M. e PENNA, F. A. et. Al. (org), Pesquisa em ensino: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2014.

RAMOS, J. F. P.; MAIA, G. B.; CHAVES, S. A. **Trabalho docente alienado.** 2007.

ROCHA, A. C. da. **Proposta metodológica para o ensino de história.** Revista de Ciências Humanas. v. 4, n. 4. Erechim, 2003.

ROCHA, R. N. A. da. **Identidades e ensino de história: um estudo em escolas do Rio Grande do Norte.** Tese de doutorado em Educação. São Paulo: USP, 2001.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Diálogo Educacional. v. 6, n. 19, p. 37–50, 2006.

RÜSEN, J. **Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica.** In: SCHMIDT, M.A.; BARCA, I.; MARTINS, E.R. Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SAMUEL, Rafael. **Documentação História Local e História Oral, 1989.** Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R1538-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SCHMIDT, M. A. **Jörn Rüsen e o ensino de História.** Curitiba: Editora UFPR, 2008.

SILVA, A. M. **Leitura de Imagens na sala de aula: arte, cultura visual e intertextualidade.** Revista Matéria-Prima. ISSN 2182-9756, e-ISSN 2182-9829. Vol. 3 (2): 229-240, 2015.

SILVA, E. o. **Relações entre imagens e textos no ensino de História: In: Saeculum** – Revista de História. João Pessoa, jan./jun., 2010.

SILVA, W. R. **Construção da interdisciplinaridade no espaço complexo de ensino e pesquisa**. Cadernos de pesquisa. v. 41, n. 143 maio/ago. 2011.

TAMANINI, P. A; SILVA, E. D. R. **O Nordeste, as imagens e o ensino: o real e o imaginário na iconografia da seca**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 317-337, maio/ago. 2019.

TAMANINI, Paulo Augusto (org.). **História ensinada: uma Prosopografia do Ensino de História no Brasil**. Curitiba: CRV, 2020.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

VENTURINI, Maria Cleci. **Rememoração/Comemoração no Discurso Urbano**. RUA [online]. 2009.

VILLALTA, L. C. **Reconstruindo e Ensinando a História no Nível Fundamental (5ª à 8ª séries)**. Metodologia da investigação. Revista Caderno do Professor. n. 3, 1998.

## ANEXO A - ESPETÁCULO CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ

### • CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ.

De Tarcísio Gurgel Direção Marcos Leonardo Música de Caio Padilha

1927 - 91 ANOS DE RESISTÊNCIA – 2018

### • PRÓLOGO

(Leitura - Créditos)

*(Cenário coberto. Músicos em penumbra)*

*(Atores num ritual de apresentação cantam louvor a arte popular)*

*Canta Nossa Gente, Nossa Praça*

*Canta nossa gente, nossa praça  
Cai nessa dança e abre a tua casa  
Dá tua palavra de alegria  
Faz o teu dia  
Dança toma conta dessa praça  
Desse tesouro sem cavalaria  
Que a força não pode tomar a prataria  
Entra, avança, anda, alcança  
Guarda bem o teu lugar  
Vence, engrandece, e nunca esquece  
Que o ouro não se deve entregar  
Abre o coração tira essa trava da tua porta  
E aponta o teu guia  
Liberta a coragem que vence a covardia  
Surge manifesta o teu desejo  
Abre a tua alma no corpo em que agita  
Foge das garras que calam a boca que grita  
Entra, avança, anda, alcança guarda bem o teu lugar  
Vence, engrandece, e nunca esquece  
Que o ouro não se deve entregar*

*Invade e avança  
Vamos conquistar nosso lugar... Entra avança  
O ouro não se deve entregar  
Entra avança... chapéu de couro e fuzil na mão  
Lá vem o gavião de um olho só, Lampião  
Ele quer Mossoró*

*(Atores saem)*

*(cenário é revelado. Antônio aparece em sua bicicleta, "Referência Waldemar dos Pássaros")*

### • MÚSICA TEMA DE ANTÔNIO (USAR RECO-RECO AO VIVO)

*A Sina de Antônio  
Senhores donos da casa o cantador pede licença  
Boa noite meus senhores  
O meu nome é Antonio que é o santo do dia  
Sou mais um artista anônimo  
Canto com muita alegria  
Canto a ilusão da vida ou os mistérios da morte  
A coragem e a covardia, o azar e a sorte*

### CENA I -

ANTÔNIO - Muito boa noite, senhores. Muito boa noite, senhoras. Muito boa noite rapazes e moças, meninos e meninas. Meu nome é Antônio, como o do santo do dia; minha profissão, homem do povo. Sou uma mistura de poeta, camelô, mágico e palhaço e aqui estou para lhes apresentar uma apaixonada história de coragem, esperteza e resistência. Uma história que se passa no ano de 27, mas que começou a ser escrita bem antes, e que não terminará, enquanto houver miséria, injustiça social e calçada, mesa de jantar, gente envelhecendo e gente nova, boa de escutar. Como toda história boa tem alegria, tristeza, suspense, surpresa, verdade e também uma mentirazinha, que é para dar o molho. Tratem de controlar suas emoções. E deixem o ódio de lado. Porque o ódio iguala as pessoas. Um pouco de razão faz muito bem, afinal, de quando tudo aconteceu até hoje, já se passaram três gerações e isto não é pouco para uma história que nunca termina. Por isto se preparem. Vai começar o espetáculo que conta a história "De como choveu bala no País de Mossoró".

## CENA II - ACAMPAMENTO.

*(Entram todos cantando)*

### MÚSICA TEMA DE LAMPIÃO

*Carcará Gavião basta um olho só  
General capitão invadir Mossoró  
Êh Lampião  
Nem quero saber quem manda nessa cidade  
Mossoró vai ser minha, e não tem piedade!  
Sem dó, sem dó, sem dó  
Êh, general Lampião  
Sem dó, sem dó, sem dó, êh!  
Virgulino nunca anda só  
Carcará Gavião carabina e facão  
Vem de chapéu de couro e de fuzil na mão  
Êh Lampião  
O meu corpo é fechado, o meu peito é de aço  
E ninguém bota medo no rei do cangaço  
Sem dó sem dó sem dó  
Êh, general Lampião  
Sem dó, sem dó, sem dó  
Êh Virgulino nunca anda só*

### SILÊNCIO

LAMPIÃO – E quanto tempo voismecê calcula que nós gasta daqui lá, seu Massilon?

MASSILON – Meu Capitão Lampião, penso que sem muita demora, mais dois dias.

LAMPIÃO – (Após breve pausa. Ironia) Banco do Brasil, é? MASSILON – Banco do Brasil, meu capitão! Dinheiro muito. LAMPIÃO – Trouxesse seu povo?

MASSILON – Oito cabra decidido. Pode contar...

LAMPIÃO – Já estão aí os meninos de Jararaca, os meninos também de Sabino Gomes e o povo que vem junto comigo, como vosmecê sabe, Zequié, Luiz Pedro... (cospe) É ...É gente pra combater um exelço. (todos : gritos,vibram).

Pois muito bem, seu Massilon. Sabino: vamos cuidar da vida.  
Avise aos meninos que vamos dá um passeio.Tenho pra mim que eles vão gostar.  
No caminho, a gente faz um reforçozinho de comida e arma. (mudando de tom, ostinato). Mas, vou lhe confessar uma coisa, seu Massilon: tô pisando nesse terreno do Rio Grande, como quem pisa em ovo. Se fosse no Ceará, com as bênção do meu Padim... em Pernambuco, nas Alagoas, onde o coiteiro é como abeia... Mas aqui...numa terra que eu nunca nem vi falar... Mossoró, quantas igrejas tem? (silêncio)

JARARACA – Três igrejas, meu Capitão e é protegida pela padroeira. A virgem Santa Luzia!

LAMPIÃO

*São três igrejas, três torres e três sino  
s E a minha sina é minha valentia  
Valei-me meu santo meu padrinho padre Cicero  
Que a sede de guerra não cede a covardia  
Um olho me cega ao ver Santa Luzia  
E o outro que enxerga quer tomar Mossoró*

LAMPIÃO – Eu vim foi para atacar Mossoró e quem estiver com medo, que volte!  
Eu vou brigar e estou disposto! Seu Massilon qual é mesmo a graça do Prefeito?  
MASSILON – Coronel Rodolfo. É dos Fernandes. Um povo importante, dum lugar aqui perto, chamado Portalegre.  
(Volta a música tema )

LAMPIÃO – Rodolfo! Taí, amanhã, janto com ele em Mossoró.  
(Todos vibram e cantam)

CENA III - REUNIÃO

TODOS CANTAM

*Nas crônicas da gente brasileira,  
Queremos um lugar prá Mossoró,  
Cidade centenária e pioneira,  
Desbravadora do ínvio Sertão;*

*Sofreram os seus filhos a canseira;  
Viveram na esperança a vocação:*

*Mas assim se fez a sorte  
Com inusitado amor;  
A cruel gleba gleba domaram  
E fluíram seu valor*

*Estribilho*

*Mossoró de Baraúnas a terra;  
heróico sítio da Virgem Luzia;*

*Teu nome sonoro remonta a era  
De índios valentes das margens do rio  
Que longe nasce no Oeste bravio.*

*(Alguém entrega um telegrama ao prefeito)*

RODOLFO – Eu vinha avisando e ninguém ligava importância. Houve gente que me considerou maluco. Agora, tenho informações seguras. Já entraram no Rio Grande do Norte e já começaram a fazer estragos. É ...E dessa vez não é qualquer borra-bota, não. É Virgulino, em pessoa. O próprio Lampião, em carne, osso e maldade. Por isso, eu os convoquei senhores! Não há tempo há perder! (Grande movimentação entre os presentes. Expressão de pavor)

RODOLFO – O fato é que, a situação exige que tomemos uma decisão. Ou nós, os homens de responsabilidade, assumimos a defesa, ou esse filho da puta, (caindo em si) Disculpe-me padre Motta... Disculpe-me...

Pe. MOTTA – É filho da puta, excelência. A mãe não merece, mas, que é, é!

RODOLFO – Eu dizia: Ou defendemos a cidade ou esse assassino nos submete. E se isso acontecer, adeus patrimônio, adeus família, adeus sossego. Além dos riscos que correm as nossas mulheres e filhas. Se isso acontecer, senhores, melhor seria uma boa morte.

PADRE MOTA – Bote essa boca pra lá, homem de Deus. Bote essa boca pra lá.

RODOLFO – E então? Vamos organizar a defesa!

TODOS CANTAM

Mossoró! Ele não sabe quem é Mossoró!

Nossa defesa será forte como um rochedo!

Vamos nos organizar

TODOS – Tem razão Prefeito! Vamos organizar a defesa Ele não sabe quem é Mossoró! Vamos preparar a cama dele...

RODOLFO – Pois muito bem! Ten. Laurentino, vamos fazer um levantamento criterioso para distribuir as armas e as balas. Talvez não sejam suficientes. Mas, vamos fazer das tripas coração. Lutar com as mãos se preciso.

LAURENTINO – Excelência, temos os rifles adquiridos com a subscrição, os fuzis do destacamento e também as armas dos paisanos: espingardas e faca-peixeira. Isso conta pouco. Mas, se Belém do Rio do Peixe assustou os cabras, porque não podemos derrota-los?

(Gritos do povo)

RODOLFO – Muito bem dito, Tenente. Mossoró tem compromisso com a história. Mas, o maior compromisso da cidade é com ela mesma.

RODOLFO – Já telegrafei a Natal, falando dos riscos que corremos. (para Laurentino) Alguma resposta ?

LAURENTINO – Apoio moral, Prefeito! Desejos de êxito, Prefeito! Desejos de êxito. Isso traduzido em armamento e reforço de homem é nada, Prefeito. Acho que só mandando uma comissão para eles acreditarem.

TODOS CANTAM

*Mossoró! Eles irão Conhecer Mossoró*

*Nossa cidade não vai se calar pelo medo!*

*Vamos montar as trincheiras!*

RODOLFO - *(sem prestar atenção)* É ...O Governador do Ceará, a quem Alfredo Fernandes visitou, também alegou dificuldades. Só quem prometeu ajuda foi o Presidente Suassuna, da Paraíba. Mas o que não tem remédio, remediado está. Não podemos ficar esperando. Porque Lampião quer a gente desprevenido. Por isso é preciso agir!

PADRE MOTA – Arrocha Prefeito. Agora, a coisa vai.

Quero ver esse cego maldito dominar a terra de Santa Luzia!

RODOLFO – Se eles pensam que vão pegar a cidade de surpresa, estão muito

enganados. Saboinha nos mantém informados a respeito da movimentação do grupo, pelo telefone da estrada de ferro. (Ataque de asma. Ele protege a boca com o bilhete. Pausa). Os passageiros do trem têm sempre uma novidade. Tem os automóveis que chegam de vez em quando. E tem os telegrafistas, que são sentinelas avançadas e que serão de muita ajuda.

ALGUÉM – E as trincheiras, Coronel?

RODOLFO – Também vamos cuidar de distribuí-las. Ainda hoje vou ver com Laurentino qual estrada da cidade eles poderiam usar. Tertuliano se comprometeu a emprestar fardos de algodão. Fazemos uma muralha aqui em frente de ca (*novo ataque de falta de ar*). Esse bandido vai querer me desmoralizar, não tenham dúvidas. Não é preciso ser um estrategista pra saber que ele vai querer me desmoralizar. E e aí que vai se dar mal. Vamos espalhar gente em todos os lugares.

Pe. MOTTA – Essa é uma guerra santa. Vamos defender a terra de Santa Luzia. É, portanto, uma guerra Santa. Assim sendo, o Prefeito já pode dispor do campanário de São Vicente. Afinal de contas, a igreja é quase parede-meia com a casa de vossa Excelência... Lá na torre uma boa trincheira...

RODOLFO – Bem lembrado, padre Motta. Vamos colocar homens em todos os lugares. Nos correios, na estrada de ferro, no Banco do Brasil, no Diocesano, no esgoto, em tudo quanto for lugar. Até no inferno, se preciso. Quero ver esse corno... Desculpe-me padre Motta...

Pe. MOTTA – É corno, Excelência! Pode crer. Corno e dos bons. Talvez esse ódio todo seja motivado pelo chifre.

RODOLFO – Quero ver qual é o corno que vai submeter Mossoró! (Sentindo falta de ar)

TODOS – (*cantam*)

*Arrocha prefeito arrocha que o cangaço não alisa*

*Mas quero ver Lampião na batalha levando pisa (3x)*

#### CENA IV - ENTREATO - ANTÔNIO

De quanta ousadia, meu caro colega, o homem necessita para afrontar a razão? O meu estimado amigo saberia dizer qual a diferença possível entre a coragem e a temeridade? A covardia e o instinto de defesa, transformado em reação? Pergunto, porque até hoje ninguém explicou que motivo tinha esse homem para invadir a cidade. Pelo que sei, não tinha inimigos aqui. Foi na conversa de Massilon e cresceu o único olho que tinha pra ver... Mas, nesse caso, enxergou mal

como o diabo. O povo costuma alegar que o homem fazia voto de vingança, por morte do pai. Tá certo. Mas não é o caso de perguntar e Mossoró, com isso? O certo é que ele pensava que aqui não tinha macho. Ele, e Massilon, que botou ele na encrenca.

## CENA V - GABINTE DO PREFEITO - FLASH BACK

*(Prefeitura - alguém bate à porta)*

RODOLFO – Pode entrar. *(Laurentino entra)*

LAURENTINO – Quem tá aí é Gatinho, Excelência. O chofer, o senhor sabe... Aquele, que tem um carro de passeio e freta corrida. Tá muito nervoso. Que acabou de chegar de viagem e tá dizendo que esteve com o Homem.

RODOLFO – Ora, essa! Diga que entre. Vá: diga que entre.

*(Entra Gatinho , assustado e reverente)*

GATINHO – Tarde, Coronel.

RODOLFO – Chegue pra cá, Gatinho. Que história é essa? Você esteve com os homens?

GATINHO – Tive, Coronel. Assim como tou lhe vendo. Foi na altura de Santana. Tava indo pro Brejo do Apodi, buscar a senhora do Coronel Antônio Gurgel, que justou comigo a viagem. A gente estava viajando sem qualquer sobrosso *(Entra cangaço. Gatinho entra na cena. Cangaceiros montam o carro)* – trilha de transição de cena - quando me atrapalhei e entramos numa vereda. Ouvimos um estrondo *(Sonoplastia)*. O coronel mandou acelerar, e quede que as pernas atendiam? Nisso se aproximou um cangaceiro.

COQUEIRO - *(APROXIMA-SE DO CARRO, COM UM JEITO DE METER MEDO)* – Tão perdido ou tão passeando, mermo?

CORONEL GURGEL- Estamos de viagem pro Brejo. Mas, acho que erramos o caminho.

CANGACEIRO - Apois erraro mesmo. Esse mato daqui é muito atrapalhado. Que mal pergunte: qual é sua graça?

CORONEL GURGEL – Antônio Gurgel, seu criado.

CANGACEIRO- Leva arma, paisano?

CORONEL GURGEL - Uma pistolazinha e umas poucas balas. O senhor sabe: do jeito que as coisas estão... *(Entrega ao cangaceiro)*

COQUEIRO - Faça o favor de descer. (*Revista o Coronel. Encontra uma carteira recheada. Examina. Grita, contente para o grupo que não está visível, enquanto guarda a carteira no bernal*) meu povo! Prendi um “Coronelão”, bicho de dinheiro! (*Desfaz o carro*)

(SILÊNCIO)

SABINO- Muito boas tardes. O Coronel sabe com quem está falando?

CORONEL GURGEL - Ainda não, infelizmente.

SABINO - Pois digo que felizmente está falando com Sabino Gomes e teje preso por dez contos de réis.

(*Surge Lampião/ Ostinato*)

LAMPIÃO - Menino, que alvoroço é esse? Do que se trata?

SABINO - Trata-se da detenção de um homem importante, feita por Coqueiro. Já disse que é nosso preso e que o resgate é dez contos.

LAMPIÃO - Muito bem feito, sabino. Muito bem feito. Chegue pra cá Coronel. Vamos parlamentar... (*Lampião chama o Coronel para um particular*). Coronel, como o senhor vai arranjar esse dinheiro?

CORONEL GURGEL - Confesso ao senhor que não será nada fácil arranjar tão elevada importância, especialmente aqui onde me encontro. Talvez o conseguisse em Mossoró, onde tenho vários amigos. Assumo a responsabilidade dos Seis Contos de Réis exigido aos meus irmãos. Peço ao senhor a permissão para retornar a Mossoró neste mesmo carro, deixo como segurança José e Fausto, meus irmãos, como o senhor bem sabe.

SABINO - A sua prisão custa agora Quinze Contos de Réis, se ainda falar... Mande um dos seus irmãos à Mossoró, e você fica preso!

CORONEL GURGEL - (*Coronel escreve um bilhete e entrega a Fausto*). Fausto, meu irmão. Entregue esse bilhete ao Gerente do Banco do Brasil, o Sr. Jaime Guedes.

LAMPIÃO - (*se dirige a Fausto*). O senhor não caia na besteira de falar no seu caminho a Mossoró, que nos encontrou. Se fomos atacados daqui para lá, quem primeiro morre é o seu irmão. Arrebento a cabeça dele com uma bala. (*Todos - gritos e vibrações*)

(VOLTA A CENA PARA O GABINETE DO PREFEITO)

GATINHO – E o pior é que pegaram mais um velho, um tal de Moreira e uma velhinha, dona Maria José. Todos presos, esperando resgate...

RODOLFO – Você sabe qual é a importância?

GATINHO – Se o espírito não me falha e a memória não me mente, vinte e um contos, pelos três irmãos.

RODOLFO – (BATER TACO) Cabra safado! Cabra covarde! Além da extorsão, a humilhação que tem de passar um homem como o Coronel Antonio no meio daquela cabroeira desgraçada.

Gatinho, me vá ao Banco e peça ao Jaime o obséquio de vir aqui. Aproveite a viagem e na volta, passe pela Estrada de Ferro, chame Saboinha. Ah e mande alguém na delegacia. É pra Laurentino vir pra cá. É urgente!

#### CENA VI – ANTÔNIO

ANTÔNIO – (SILÊNCIO) Eita que essa vida velha, às vezes parece drama de circo, né não? Quem podia imaginar que Gatinho fosse pegar aquela vereda? Agora: se é verdade, como diz o povo, que há males que vêm pro bem, desse momento em diante, as informações que se tinha sobre a movimentação do bando iam ficando cada vez mais seguras. Rodolfo acompanhava cada passo que eles davam. E eu até acho que não é demais dizer que a história desse ataque passou a ser documentada, por aquele mesmo Coronel - que era homem sabido e que gostava de escrever – a partir daquele instante. De dentro do bando!

#### CENA VII – A RESPOSTA

(TODOS ORAM. CORONEL ESCREVE. ANTÔNIO ASSISTE E TOCA A GAITA)

BANDO - A Cruz Sagrada seja a minha luz, não seja o dragão meu guia. Retira-te, satanás!

Nunca me aconselhes coisas vãs.

É mau o que tu me ofereces, bebe tu mesmo o teu veneno! Amém!

LAMPIÃO – Que mal pergunte: mas o que é que o Coronel escreve tanto?

CORONEL - Meu Capitão Lampião, é coisinha sem futuro. Providências que tenho que tomar, quando ficar tudo resolvido

LAMPIÃO – *(pausa)* O senhor sabe que nessa batida, nós vamos invadir Mossoró, não sabe?

CORONEL – Para falar a verdade, Capitão, eu já tinha ouvido dizer...

LAMPIÃO – E o que o senhor acha? CORONEL – Posso usar de franqueza? LAMPIÃO – Perfeitamente!

CORONEL – Acho muito arriscado... Mossoró é uma cidade grande e é possível que cheguem reforços.

LAMPIÃO – *(chamando o “quartel general”)* Sabino! Me venha cá, mais Massilon e Jararaca, ouvir essa conversa...

*(Chegam os três. O Coronel Gurgel segue expondo.*

CORONEL – Além disso, Capitão, o prefeito pode ter mandado pedir reforços na Capital. Longe de mim querer ensinar o que senhor deve fazer. Mas, tanto tempo faz que o Prefeito fala na possibilidade de um ataque, que eu só posso acreditar que a cidade está bem armada disposta a combater.

MASSILON – O que? Defesa de Mossoró? Reforço de destacamento? Boto tudo pra correr, debaixo de peia.

JARARACA -Home! Pode aparecer até mãe de pantanha! Nós cobre tudo de bala. Tá vendo esse punhá, Coroné? Tá vendo? Só quero que apareça macho, preu pepiná tudo com a ponta dele. Só quero que apareça o filho de uma égua. Paisano ou macaco. Não quero nem saber a quantidade.

SABINO – *(irônico)* Se afobe não, Jararaca. *(transição)* Capitão, não me leve a mal. Tenho pra mim que esse Coronel tá com receio de briga. Muito me admira. O home parece um alemão... Não diz que alemão é chegado numa guerra? Tá falando assim com medo de ver o sangue correr Coronel?

CORONEL – Não. Pelo amor de Deus! Como já disse, não estou aqui pra atrapalhar os planos de ninguém. Longe de mim. Sei muito bem da coragem deste grupo. Se comentei foi apenas porque o capitão pediu minha opinião.

LAMPIÃO – *(retomando a condução da conversa)* Home! Pois pra que depois não diga que não avisei, o senhor me faça à gentileza, Coronel. Me escreva uma cartinha pro maiorá de Mossoró. Conhece ele? Se chama Rodolfo, não é? Pois então escreva.

CORONEL – Conheço o Coronel Rodolfo muito de passagem. É provável que nem se lembre de mim. Não ficaria bem escrever-lhe.

LAMPIÃO - “Três coisas eu trago de Pernambuco, Coronel: dinheiro, coragem e bala”. Escreva o que eu disser! *(Sabino entrega um papel para o Coronel enquanto o*

*Capitão dita a carta) (Transição)*

Obs: Música instrumental Ave Maria sertaneja. Enquanto Padre Mota e o Prefeito rezam.

Santa Maria, mãe de Deus, rogai por nós, os pecadores, agora e na hora da nossa morte. Amém.

Fausto entra e entrega a carta.

CORONEL - "Meu caro Rodolfo Fernandes...

PREFEITO - Desde ontem estou aprisionado do grupo de Lampião, o qual está aquartelado, aqui bem perto da cidade. Mando, porém um acordo para não atacar, mediante a soma de quatrocentos contos de réis. Posso adiantar sem receio, que o grupo é numeroso, cerca de cento e cinquenta homens bem equipados e municados à farta.

TODOS: Cento e cinquenta homens?

PREFEITO - Creio que seria de bom alvitre você mandar um parlamentar até aqui, que me disse o próprio Lampião, seria bem recebido. Para evitar o pânico e derramamento de sangue, penso que o sacrifício compensa tanto que ele promete não voltar mais a Mossoró. Diga sem falta ao Jaime que os vinte e um contos que pedi ontem para o meu resgate não chegaram até aqui e se vieram o portador se desencontrou. Assim peço por vida de Yolanda para mandar o cobre por uma pessoa de confiança para salvar a vida desse pobre velho. Devo adiantar que todo grupo me tem tratado com muita deferência, mas, eu bem avalio o risco que estou correndo. Creia no meu respeito." - "Antonio Gurgel do Amaral."

*(O Prefeito guarda bruscamente a carta no bolso revelando dificuldade em respirar. Dirige-se ao portador até certo tempo).*

RODOLFO - Você me aguarde um instantezinho lá fora, para eu providenciar resposta. Não me saia da Prefeitura sem a minha carta, ouviu bem?

LAURENTINO- Novidade no valente, Coronel?

RODOLFO - (brandindo a carta)- Cuide de ver se a armadilha esta bem preparada, Laurentino. A fera está se aproximando. Toda maneirosa, como quem não quer e querendo, tá chegando. De hoje não passa!

TODOS CANTAM

*Arrocha prefeito arrocha que o cangaço não alisa*

Mas quero ver Lampião na batalha levando pisa  
Ele diz que é rapina mas não passa de frangalha  
e só vive da migalha dos terreiros onde cisca  
Urubu é Virgulino Lampião come carniça  
Arrocha prefeito arrocha  
Na dureza do rochedo  
Que a rocha faz a muralha daqueles que não têm medo  
E a morte vem logo cedo acender o lampião  
Mas se a fé chega primeiro a justiça não falha não

(ACAMPAMENTO DE LAMPIÃO)

SABINO – Capitão! Capitão! Chegou resposta do homem.

LAMPIÃO – (entregando a carta ao Coronel Antônio). Me leia aqui Coronel, por seu favor.

CORONEL – (após uma leitura dinâmica) É ou não é o que lhe digo, Capitão? Preste atenção na resposta do

homem: Mossoró, 13 de junho de 1927. Antônio Gurgel: não é possível satisfazer-lhe a remessa dos quatrocentos contos, pois não tenho, e mesmo no comércio é impossível encontrar tal quantia. Ignora-se onde está refugiado o gerente do Banco do Brasil, Sr. Jaime Guedes. Estamos dispostos a recebê-los na altura em que eles desejarem. Nossa situação oferece absoluta confiança e inteira segurança. Rodolfo Fernandes.

LAMPIÃO – O quê? Será que eu ouvi direito? Será que esse Prefeito de merda tá querendo brincar comigo? Ou será que se acabou o respeito com o Capitão Lampião? Quem esse corno pensa que é? Pois vou acabar com a goga desse filho de uma égua. (dirigindo-se ao Coronel) O senhor é testemunha que eu propus acordo, não é Coronel? O senhor mesmo não escreveu a missiva? Pois que falta de consideração é uma? Tá pra nascer o macho que vai desfeitear Virgulo Ferreira da Silva. Vamos tomar de soco essa cidadezinha de merda. Vamos cagar em cima da mesa desse bosta desse prefeito. Quero ver se esse coronel de meia tigela tem culhão roxo é quando eu estiver frente a frente com ele. E quer saber mais? Não vamos fazer na calada da noite, não. É na claridão do dia. Vamos cuidar da vida, Sabino. Vamos machar, pra que todos vejam como é que o macho faz. Depois não digam que não avisei...

LAMPIÃO – Quem contrareia um desejo do capitão Virgulino, tem que prestar conta desse atrevimento. Ainda hoje chove bala em Mossoró. Só quero ver é se o prefeito tem guarda-chuva reforçado para se proteger. Pode esperar, seu Rodolfo ainda hoje vou dá-le na cara, pro senhor saber quem desafiou! (trovões, relâmpagos, pássaros ...)

### CENA VIII - ANTÔNIO

(Antônio entra com um trovão na mão)

É Menino, vai chover e não tem lenha. Não sei por que, tá me dando uma agonia , uma impaciência nas pernas... Vote ! Dizia a minha velha mãe, que boa romaria faz que em casa está em paz. E quer saber do que mais? O melhor mesmo é a gente se esconder, porque vem ai chumbo do grosso. Marche para casa, menino! Marche. Lobisomem vem aí, desgraçado! Querem que ele coma o figo de vocês , querem? Marche pra casa, vá! E quer saber o que mais? Vamos deixar que as duas partes se preparem pra essa briga, que vai feder a chifre queimado. Porque daqui a pouco a bala vai troar . É... E se o prefeito recomendou que quem tivesse desarmado saísse da cidade, a gente tem mesmo é que se cuidar, pois os homens não estão de brincadeira, não!

### CENA IX - AS VIÚVAS

Sertão ermo. Barulho de chocalho. Arrulhos tristes de rolinha fogo-apagou. Mugido de gado. Como se brotassem da terra caminham em qualquer caatinga do Nordeste as viúvas em busca de enterrar seus mortos.(TRILHA)\_

SAUDADE: ENTRA EM PERNAS DE PAU

LIDER ( canta)

*A notícia do seu nome deixa insone a criança,  
Vem espalhando o medo, vem trazendo um punhal  
Tira a nossa esperança de que o bem vence o mal  
O fogo despejando rajada na boca da carabina  
E um pai que morre lutando só vive no luto de sua mulher, de sua menina.  
Preço da coragem!  
Maldição dos que malditos serão para sempre  
Maldito o ódio e a ambição que cegam a razão nos olhos da gente*

## TODAS CANTAM

*Quantos males nos fizestes  
Não terás como chorar  
nem se tu te arreponderes  
Maldição!  
Maldito sejas tu  
Verme do pavor, vigia da miséria  
Carrasco, usurpador  
Nós, viúvas que calaram na ponta de um punhal,  
Nós que praguejamos  
Lhes rogamos todo o mal*

## CENA X – ANTÔNIO

Ninguém acreditava que torre de igreja atirasse, naquele dia 13 de junho de 27. E essa torrezinha, dessa igreja que eles chamavam “da bunda redonda”, teve um papel decisivo nesse pega. Dia de Santo Antônio, veja você. Dia de santo Antônio e dia 13. O cego não prestou atenção nem numa coisa, nem na outra. A cidade, agora, está vazia. Daqui, de bem pertinho, um lugar por nome Saco, Virgulino Lampião ainda escreveu outro bilhete reforçando aquele pedido, renovando a ameaça. Recebeu outra resposta, firme do Coronel Rodolfo Fernandes. E finalmente chegou a hora da onça beber água. Eu vou explicar: O local, onde as coisas aconteceram e onde se deu a vitória, foi aqui, por conta da igreja e da casa do Prefeito. Ali, onde hoje é o Palácio da Resistência. Mas, a invasão mesmo, aconteceu com os bandidos chegando pelos trilhos da estrada e ferro. Vamos imaginar!!

## CENA XI – BATALHA

(CAOS NA CIDADE- trilha para a batalha)

LAURENTINO- Preparem o chumbo rapazeada que lá vem os cabras!  
PE. MOTA- Isso mesmo! Capriche na pontaria, menino. Capriche na pontaria!  
Vamos botar o corno pra corre, Prefeito! Com a graça de Deus eles hoje se reiam.  
SOLDADO DA TORRE: Ei: Tô vendo os homens! Avise o prefeito! Tão descendo do Alto da Conceição.  
(Entra o Bando de Lampião)

RODOLFO – Avante! Avante, povo de Mossoró! (*heróico*) (*Tiro de guerra em ação*)  
LAMPIÃO - Negra da Pajeú não tem medo de careta!

COLCHETE – Cês querem bala? Pois tome, magote de fela da puta! (*tiros*) Tão pensando que Colchete tem medo? Eu tenho corpo fechado seus cornos. Cadê o Prefeitim de vocês? Venha me enfrentar, Coroné! Homem briga de peito aberto... (*Colchete é baleado*)

JARARACA – (*Jararaca indo ao encontro de Colchete também é baleado*) Aí seus cornos! Cês querem acabar com minha raça? Tô abençoado pelo meu Padim Padre Cícero. Massilon, me acuda! Tô ferido, Virgulino, não me deixe. Onde diabo são vocês, seus excomungados? Sabino, Colchete morreu, Sabino! Acuda! Tô baleado, me acudam...

VOZES – Recua, recua. Vamos embora! A resistência tá grande vambora! Tem fogo pra tudo quanto é lado (*Jararaca é perseguido, preso.*)

#### MOMENTO DA TRILHA PARA A MORTE DE JARARACA

TEN. LAURENTINO - Você sabe para quem é essa Cova?

JARARACA - Saber de certeza não sei não, mas, porém estou calculando... Não é para mim? Agora, isso só se faz, porque eu me vejo nestas circunstância, com as mãos inquiridas e desarmado! Mas um gosto eu não deixo pra vocês: é se gabarem de que eu pedi, que não me matassem. Matem! Que matem, mas é um hôme! Vocês vão matar o hôme mais valente que já pisou neste lugar!

SAUDADE– Não se pode dizer que a coragem desse cabra não era de se admirar. Pena é que a miséria do cangaço tenha feito com que ele acabasse assim: pipinado de bala , todo ensanguentado, essa cara de pavor, como criança que está tendo um pesadelo.

#### CENA XII - A CENA FINAL

(*O Dia seguinte*) SONOPLASTIA DE DIA AMANHECENDO

RODOLFO - Parece que os homens se encantaram, Tenente!

LAURENTINO – É Coronel... E se a gente tivesse uma força para atacar eles pela

retaguarda, a história de Lampião se acabava por aqui mesmo.

RODOLFO- Você esteve na estrada de ferro? Qual é a situação?

LAURENTINO- Agora, está tudo na santa paz. Mas houve muita bala, por lá. Na união de artistas, ficaram as perneiras de Sabino e rastro de sangue.

RODOLFO – Não quero me vangloriar. Mas eles não vão esquecer a gente tão cedo. Esses bandidos conheceram a força da cidade. Mossoró não ia se submeter a um bando de malfeitores. Não quiseram acreditar!

CANTO – HINO DA VITÓRIA (TODOS)

*Mossoró, Mossoró, terra amada triunfa  
Na Glória de um novo porvir  
Eis-nos prontos pra nova empreitada  
Para quem nos quiser invadir*

JOSÉ OTÁVIO – Coronel, por seu favor: Daria pro senhor arrumar os homens, pra eu tirar um instantâneo? Quero documentar esse acontecimento pra posteridade...

RODOLFO – Não é má idéia. Um documento assim pode ter um peso muito grande. Afinal , tanta gente não acreditava, não é mesmo? Capricha José Otávio, capricha!

(TODOS)

*E retorna o filho contente  
Para a terra que a Santa ilumina  
Orgulhoso, o peito fremente  
Do exemplo que a todos ensina*

PADRE MOTA- (*Quebra o clima*) Menino, deixa de formalidade! Hoje é dia de festa! Arroche o fole, sanfoneiro!

(MÚSICA – OLHA PRO CÉU, MEU AMOR)

*Olha pro céu meu amor  
Não é estrela cadente nem chuva nem nada  
É chuva de bala  
É nuvem de sangue e suor  
Chovendo no país se Mossoró  
Olha pro céu meu amor  
Não é balão colorido, rojão, gambiarra  
É chuva de bala  
Fumaça poeira e forró  
É festa no País de Mossoró  
Fogo é centelha de luz, lampião  
De longe ponteia e clareia o salão  
Acende o pavio que explode, incendeia  
Pulando a trincheira, soprando a brasa do meu coração  
Lampião diz que é valente é mentira é corredor  
Correu na mata escura que a polira levantou  
Lampião tava dormindo, acordou muito assustado  
Atirou numa graúna pensando que era um soldado*

**FIM**

## **Paulo Augusto Tamanini**

Professor Orientador no Programa de Pós-Graduação em Ensino (UFERSA/UERN/IFRN). Coordenador do Grupo de Pesquisa: Imagens e Ensino. percepções, métodos e fontes (CNPq/UFERSA). Pós-Doutorado em História pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado CAPES/UFPR (2015-2017). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013); Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2010). Especialização em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996). Possui Licenciatura em Filosofia pela UNIFEBE (1991) e Licenciatura em História pelo Centro Universitário Claretiano (2018). Suas pesquisas versam sobre o Ensino de História e a cultura visual nos livros didáticos; as imagens como modalidades textuais e de significação para o Ensino de História; Capacitação dos professores de História para a leitura de imagens; Ensino por meio das tecnologias digitais.

## **Lenilton Alex de Araújo Oliveira**

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2009), mestre em fitotecnia-UFERSA, Doutor em agronomia-UFERSA, atualmente exerce o cargo de professor EBTT no IFRN campus Mossoró, atuou como docente no IFPA campus Breves. Possui experiência internacional na Mahoney's Garden Center/University of Minnesota (2007-2008), experiência com máquinas agrícolas, sanidade vegetal, produção de mudas, olericultura e fruticultura em condições de semi-árido. Já atuou como professor e supervisor do PRONATEC EAJ-UFRN, Gestor de máquinas agrícolas- UFERSA, técnico em agropecuária-UFERSA (2011- 2017), professor de inglês ( SKILL idiomas e Wizard), Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) Campus Breves IFPA, Coordenador substituto do curso técnico em agropecuária do IFPA campus Breves.

## **Ocimara Fernandes Negreiros Oliveira**

Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino - POSENSINO (UERN/UFERSA/IFRN). Membro do Grupo de Pesquisa: Imagens e Ensino. percepções, métodos e fontes (CNPq/UFERSA). Graduada em Administração de Empresas (Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi, 2010). Exerceu função como Professora de curso técnico na Universidade Potiguar (2013/ 2019). Atuou como Coordenadora pelo programa da UFRN-EAJ- PRONATEC Mulheres Mil (2016/ 2017). Lecionou pela UFRN-EAJ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (2014/ 2016).



# DO ESPETÁCULO AO ENSINO: CHUVA DE BALA NO PAÍS DE MOSSORÓ NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA LOCAL

A cidade de Mossoró (RN) ficou marcada como a primeira cidade nordestina a expulsar o bando do cangaceiro Lampião, com a participação de grupos locais. Este episódio é retratado, anualmente, em uma apresentação teatral adaptada do texto do poeta e escritor potiguar Tarcísio Gurgel. Problematicando o uso desse espetáculo para o ensino, este livro analisa o espetáculo Chuva de Bala no País de Mossoró enquanto estratégia de ensino de História Local, na Educação Básica, na idade de Mossoró-RN. Organizamos este livro, em três grandes pilares. **No primeiro**, analisamos as configurações do ensino de História Local no Brasil e em Mossoró/RN por meio do debate de oito trabalhos e três Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de escolas desse município. **O segundo** pilar versou sobre a invenção do espetáculo Chuva de Bala no País de Mossoró à luz da História Local, com base na peça original e no texto do espetáculo de 2018. **No terceiro** pilar, analisamos a aplicabilidade didática do espetáculo Chuva de Bala no País de Mossoró, para o ensino de História Local em três escolas municipais da Educação Básica de Mossoró. Os resultados nos mostraram que o espetáculo Chuva de Bala no País de Mossoró contribui para aprendizagem de forma interdisciplinar, privilegiando as relações sociais e, acima de tudo, o sentimento de pertença, de cidadania e, por fim, de construção da identidade individual e coletiva dos mossoroenses.

**OCIMARA FERNANDES NEGREIROS OLIVEIRA  
LENILTON ALEX DE ARAUJO OLIVEIRA  
PAULO AUGUSTO TAMANINI**

